



UFRRJ UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO

CADERNO DE RESUMOS

4º Semana de Educação Ambiental

“Diversidade e Sustentabilidade: a
formação de educadores ambientais em
perspectiva”

ORGANIZAÇÃO:
(GEPEADS - Seropédica)

Ano 2014

ISSN 2319-0337

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO

4º SEMANA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

**“DIVERSIDADE E SUSTENTABILIDADE: A FORMAÇÃO DE EDUCADORES
AMBIENTAIS EM PERSPECTIVA”**

**CADERNO DE RESUMOS
RESUMOS EXPANDIDOS**

ANO 2014

ISSN 2319 – 0337

SUMÁRIO DE RESUMOS EXPANDIDOS

- **APRESENTAÇÃO (p.04)**
- **REFLEXÕES SOBRE A LEI DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL: OS ENSINOS FORMAL E NÃO-FORMAL**
Alberto José Oliveira de Mello ; Jailson de Oliveira Rodrigues Júnior (p. 05)
- **A RELAÇÃO ENTRE ANIMAIS HUMANOS E NÃO-HUMANOS: PRIMEIRAS IMPRESSÕES SOBRE O TEMA**
Ana Luisa de Castro de Oliveira; Erika Maximiano de Paula; Lilian Couto Cordeiro Estolano; Samara dos Santos Pimentel; Lia Maria Teixeira; Ana Maria Dantas Soares (p. 07)
- **EDUCAÇÃO AMBIENTAL PREVENINDO A BIOPIRATARIA: CONHECENDO PARA PRESERVAR**
Ana Paula Pinto do Nascimento; Epaminondas Silva Simas (p. 09)
- **EDUCAÇÃO AMBIENTAL, TRILHA NA FLORESTA DA TIJUCA ORGANIZADA PELO INSTITUTO MOLEQUE MATEIRO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA CRIANÇAS CARENTES DO PROJETO CRIANÇA EM MOVIMENTO DO PAVÃO-PAVÃOZINHO.**
André Herzog de Almeida (p. 11)
- **A INCLUSÃO SOCIOAMBIENTAL DE CRIANÇAS E JOVENS PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS EM BUSCA DE SUA MELHORA PSICOMOTORA, POR MEIO DO USO DA HORTA URBANA AGROECOLÓGICA**
Beatriz Vilete dos Santos; Rosária da Costa Faria Martins (p. 13)
- **PROFESSORA, O QUE É MEIO AMBIENTE? POSSO DIZER O QUE É? AS RELAÇÕES DE PODER NA EDUCAÇÃO INFANTIL**
Clarissa Teixeira Lopes (p. 15)
- **JOGO CAMINHO ECOLÓGICO: DIALOGO SOBRE PRESERVAÇÃO AMBIENTAL**
Cristiane da Silva Alves; Aline Donato de Oliveira Trancoso; Lenir Lemos Furtado Aguiar (p. 17)
- **HISTORIAS EM QUADRINHOS: Instrumento de Conscientização Ambiental**
Cristiane da Silva Alves; Aline Donato de Oliveira Trancoso; Ícaro de Moraes Monteiro (p. 19)
- **CONSERVAÇÃO NA ESCOLA: PROTEGENDO O MUNDO DO PEIXE DE NUVEM**
Carolina Mello; Wilson José Eduardo Moreira da Costa (p. 21)
- **PRODUTO DE LIMPEZA ECOLÓGICO - DO ÓLEO AO SABÃO – FAETEC QUINTINO/RJ ESTENDE A PESQUISA PARA O ENSINO**
Dilma Alves Costa; Elizete Amorim; Marilene dos Santos Fernandes; Amelsidequi Camilo de Oliveira (p. 23)
- **PRIMEIRAS REFLEXÕES SOBRE AGRICULTURA FAMILIAR E AGROECOLOGIA EM ÁREAS DE REFORMA AGRÁRIA**
Diogo Linhares Fernandes e Diogo de Souza Pinto (p. 25)
- **INTERFACES ENTRE DESENVOLVIMENTO LOCAL, AGROECOLOGIA E AGRICULTURA FAMILIAR**
Edimar dos Santos Júnior & Clarindo Aldo Lopes (p. 27)
- **TRABALHANDO COM VALORES SOCIOAMBIENTAIS NA E PELA LIBERTAÇÃO DA VIDA ANIMAL**
Edimar dos Santos de Souza Júnior; Diogo Linhares Fernandes; Lilian Couto Cordeiro Estolano; Ana Luísa de Castro Oliveira; Lia Maria Teixeira de Oliveira; Ugo Teixeira Werneck Vianna (p. 29)

- **A RELAÇÃO HOMEM E NATUREZA: UM OBJETO DE REFLEXÃO PARA A EDUCAÇÃO AMBIENTAL**
ROBLEDO, Felipe Marangoni; PLACIDO, Patrícia de Oliveira (p.31)
- **PARTICIPAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL EM COMUNIDADES URBANAS LÍMITROFES À ÁREAS DE PRESERVAÇÃO AMBIENTAL.**
Voto, Gabriel Neira Vilaseca, Eva Corominas Besser, Anna Gabriela Barros (p. 33)
- **A TRAJETÓRIA DA EDUCAÇÃO DO CAMPO NO ESPÍRITO SANTO E DA AGROECOLOGIA COMO BASE PARA PRESERVAÇÃO DOS BIOMAS E FORMAÇÃO DE EDUCADORES AMBIENTAIS.**
Helder Sarmento Ferreira (p. 35)
- **O VEGETARIANISMO E O VEGANISMO: CONHECIMENTOS E PRÁTICAS AMBIENTAIS**
Ugo Teixeira Werneck Vianna; Fernanda Brandão Cunha (p. 37)
- **O PIBID BIOLOGIA (EDITAL 2011) COMO PROMOTOR DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM ESCOLAS DE SEROPÉDICA (RJ)**
Ícaro de Moraes Monteiro; Cristiane da Silva Alves (p. 39)
- **OCUPAÇÃO VERDE: UM ESPAÇO DIDÁTICO VIVO**
Julian Willmer; Fernanda Tubenclak; Cássia Monica Sakuragui (p. 41)
- **EDUCAÇÃO AMBIENTAL COMO PARÂMETRO PARA A SUSTENTABILIDADE EM AGLOMERAÇÕES E ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS**
Julio Candido de Meirelles Junior (p. 43)
- **POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL DESENVOLVIDAS NO ÂMBITO DA REDE ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DO RIO DE JANEIRO**
Jussara Greenhalgh M. David; Deise Keller Cavalcante; Elaine Costa Silva (p. 45)
- **ANÁLISE DA PRÁTICA DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA ÁREA RURAL DE RESENDE: ESTUDO DOS CASOS DAS ESCOLAS MUNICIPAIS HETELVINA CARNEIRO E MOACIR COELHO DA SILVEIRA.**
Krishna Govinda Simpson e Silva; Ana Maria Dantas Soares (p. 47)
- **IMPLANTAÇÃO DE FUNDAMENTOS DE TÉCNICAS AGRÍCOLAS COMO DISCIPLINA NO ENSINO FUNDAMENTAL DE ESCOLAS RURAIS DE RESENDE: ESTUDO DO CASO DA ESCOLA MUNICIPAL HETELVINA CARNEIRO.**
Krishna Govinda Simpson e Silva; Ana Maria Dantas Soares (p. 49)
- **ADUBAÇÃO VERDE E BANCO DE SEMENTES: ADUBO ALTERNATIVO PARA AGRICULTOR FAMILIAR DO MUNICÍPIO DE SEROPÉDICA E ARREDORES - RJ**
Lucas Alves Jural; Isabelle Sá e Silva Rangel; Thais Monteiro de Souza; Sandra Barros Sanchez (p. 51)
- **PERCEPÇÃO DE RISCOS SOCIOAMBIENTAIS NO USO DE AGROTÓXICOS – O CASO DOS AGRICULTORES FAMILIARES DO MUNICÍPIO DE SEROPÉDICA-RJ**
Mara Alexandre da Silva ;Dalila Gonçalves Martins; Lucimara Alexandre da Silva (p. 53)
- **ANTECEDENTES HISTÓRICOS DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL: DA TEORIA À PRÁTICA**
Mônica Marta Ferreira Molas (p. 55)
- **O RETROCESSO DA INTELIGÊNCIA HUMANA**
Juliana Pereira da Silva; Ronnier Carneiro da Frota (p. 57)

APRESENTAÇÃO

IV Semana de Educação Ambiental da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Com a temática **Diversidade e Sustentabilidade: a formação de educadores ambientais em perspectiva**, o Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação Ambiental, Diversidade e Sustentabilidade (GEPEADS/UFRRJ) e a Sala Verde Centro de Integração Socioambiental (CISA/UFRRJ) objetivam contribuir para a inserção das discussões socioambientais em contextos escolares, na Gestão Socioambiental, Sociedade & Meio ambiente, Agroecologia e Educação do Campo, bem como nas reflexões acerca da Ética na Questão Animal.

É com muita satisfação que o GEPEADS em sua primeira década de existência convida a todas e todos a refletirem sobre as questões ambientais contemporâneas, construindo coletivamente novos saberes e múltiplos olhares das atividades que se inserem na proposta da educação Ambiental.

A IV SEMEA foi realizada nos dias 04, 05 e 06 de fevereiro de 2014 e neste livro de resumos apresentamos os trabalhos desenvolvidos e apresentados pelos participantes do evento.

Saudações,

Equipe SEMEA 2014

Contatos: cisambiental@yahoo.com.br

REFLEXÕES SOBRE A LEI DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL: OS ENSINOS FORMAL E NÃO-FORMAL

Alberto José Oliveira de Mello – 1; Jailson de Oliveira Rodrigues Júnior – 2

1. UFRRJ, ICHS, Faculdade de Direito (alberto.ctur@hotmail.com); 2. UFRRJ, CTUR, Curso Téc. em Meio Ambiente (jailson.meioamb@hotmail.com).

Introdução

A Educação Ambiental, introduzida em nosso Direito pelo artigo 225, §1º, inciso VI, da Constituição Federal de 1988, inaugura o processo de compreensão do ambiente como um fator ativo e onipresente. A despeito do dispositivo constitucional, para efetivar a observância do disposto, fez-se imperiosa a criação de lei específica, o Diploma 9.795/99, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental - PNEA. Essa medida legislativa foi fundamental para o estabelecimento das diretrizes da Educação Ambiental no Brasil, sendo este o mérito a que o presente trabalho contempla.

Metodologia

Os dados apresentados são resultados de pesquisa bibliográfica e análise dos elementos pesquisados, tendo se originado de discussões no âmbito do Colégio Técnico na UFRRJ, durante as aulas de Legislação Ambiental.

Resultados e discussões

“A Educação Ambiental surgiu a partir da necessidade de mudanças de posturas humanas para com o ambiente, alardeada, principalmente, pelos movimentos ecológicos” (ADAMS, 2012). O inciso VI, §1º, art. 225, da CF/88, que institui a EA no Brasil, versa que [incumbe ao Poder Público] “VI – promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente” (BRASIL, 1988).

Todavia, assinala Santos (2000) *apud* Adams (2012), que “apesar desta previsão constitucional, (...) pouco era feito no Brasil para a sua implantação concreta no ensino”. Assim é que foi editada, em 1999, a Lei 9.795, que dispõe sobre a Educação Ambiental.

Destarte, a EA assume uma grande amplitude, porquanto explicita-se a sua importância no processo educativo. No sentido de pormenorizar o artigo segundo, a

mesma lei dispensa as seções II e III para dispor sobre a aplicação da EA nos ensinos formal e não- formal. Além de reiterar a presença da EA em todos os níveis de ensino, o art. 10 estabelece um conceito fundamental: a interdisciplinaridade da EA.

Conforme explícito no §1º do art.10 da Lei 9.795/99, é ilícita a existência da EA como disciplina específica. Adams (2012) assinala:

[A EA] Trata-se de um **processo**, e como processo não pode ser instalada como uma disciplina específica, mas deve estar implícita em todas ações educativas; trata-se de um processo que promove a compreensão crítica e global, dentro de uma visão sistêmica e não compartimentada ou fragmentada – por isso a interdisciplinaridade (...). (ADAMS, 2012) (Grifo nosso)

Nada obstante, o §2º do mesmo artigo faculta a criação da disciplina de Educação Ambiental em casos específicos. No entanto, essa disciplina não tem a função de reunir conhecimentos de ciências naturais ou outros relacionados diretamente ao ambiente, mas estudar a metodologia por que a Educação Ambiental deve ser ministrada, isto é, analisar os mecanismos de implantação da mesma, consoante seus moldes interdisciplinares.

Considerações finais

De tudo quanto exposto, fica evidente a importância da Educação Ambiental para a formação social dos indivíduos, bem como para o exercício da cidadania pelos mesmos. Outrossim, foi possível explanar a forma como ela deve figurar nas modalidades de ensino e estudar os pormenores de sua aplicação na modalidade formal.

Referências bibliográficas

ADAMS, B. G. **A importância da Lei 9.795/99 e das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Ambiental para Docentes**. In: Monografias Ambientais: REMOA/UFMS, v(10), nº 10, p. 2148 – 2157, OUT-DEZ 2012. Disponível em: <http://cascavel.ufsm.br/revistas/ojs-2.2.2/index.php/remoa/article/view/6926> Acesso em 13/01/2014.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, Senado, 2013.

BRASIL. **Lei n. 9795 - 27 de abril de 1999**. Dispõe sobre a educação ambiental. Política Nacional de Educação Ambiental. Brasília, 1999.

A RELAÇÃO ENTRE ANIMAIS HUMANOS E NÃO-HUMANOS: PRIMEIRAS IMPRESSÕES SOBRE O TEMA

Ana Luisa de Castro de Oliveira¹; Erika Maximiano de Paula²; Lilian Couto Cordeiro Estolano³; Samara dos Santos Pimentel⁴; Lia Maria Teixeira⁵; Ana Maria Dantas Soares⁶.

1. Licencianda em Ciências Agrícolas da UFRRJ, bolsista da Sala Verde/UFRRJ, membro do GEPEADS/UFRRJ; 2. Licencianda em Ciências Agrícolas (analu.castro@hotmail.com); 3. Licenciada em Ciências Agrícolas da UFRRJ, facilitadora da Sala Verde/UFRRJ, membro do GEPEADS/UFRRJ; 4. Licenciada em Educação Física, Técnica de Assuntos Educacionais/UFRRJ, membro do GEPEADS/UFRRJ; 5 Professora do DTPE/IE/UFRRJ, pesquisadora do GEPEADS/UFRRJ.; 6. Professora do DTPE/IE/UFRRJ, líder do GEPEADS/UFRRJ.

Introdução

Posicionar-se a favor dos animais não-humanos – ainda que no século XXI – provoca em muitos humanos um ar de desdém e o desprezo pelo sujeito do tema. Esse é um reflexo do paradigma histórico-cientificista que alimenta a falsa percepção de superioridade do homem. Superar essa visão antropocêntrica é urgente, mas é também um dos maiores desafios (quicá o maior) da humanidade na construção de uma sociedade justa – ética, cuja reestruturação científica e social, recairá num paradigma holístico.

Este trabalho pretende elucidar, através de um sucinto panorama, a histórica relação humano/não-humano; as principais correntes que lutam pelo direito dos animais; e o papel da Educação Ambiental nesse contexto.

Metodologia

Trata-se de uma pesquisa de caráter sócio-histórico, cujo embasamento teórico-metodológico parte da leitura de trabalhos científicos e da reflexão sobre experiências de discentes, docentes e técnicos mais recentemente na UFRRJ e seu entorno, que hoje tem cadastrada em torno de sete grupos militantes do Bem estar Animal e outros pela Libertação animal.

Resultados e discussão

Na Pré-História, a relação animal/ser humano era instintiva e de medo (em muitos casos, os animais eram vistos como criaturas sobrenaturais). Quando os homens passaram a produzir ferramentas e modificar a natureza, tornaram-se a espécie dominante, domesticando animais a seu favor.

Na Grécia do século IV a.C, Aristóteles afirmava que nada na Terra fora concebido em vão, e que as plantas foram criadas para benefício dos animais, e estes para o bem dos homens. Consolidava-se a visão utilitarista da natureza e dos animais.

Nesse contexto, o racionalismo científico começa a dar os seus primeiros passos, com o uso de animais para fins científicos.

A partir do século XVII, com René Descartes, a ciência moderna se consolida como modelo racionalista. E apesar da crítica racional ao domínio ideológico da Igreja Católica, o cristianismo foi uma das bases do pensamento de Descartes, notadamente no que se refere à noção de “alma”. Para ele, o pensamento e a sensibilidade faziam parte da alma. Como acreditava que os animais não possuíam alma, não poderiam sentir dor. O que sentiam eram apenas reflexos externos. No século XIX, o domínio do *homo sapiens* sofre um abalo. Charles Darwin (1809-1882) demonstra, com *A origem das espécies*, a relação de parentesco entre espécies diferentes por meio de ancestrais comuns. Isso muda o rumo da ciência e abre a reflexão sobre a questão homem/animal. Hoje, as principais vertentes que embasam a luta pelo direito dos animais são: a bem-estarista – que parte do viés utilitarista e reivindica “melhores condições de vida”, como a humanização no abate – e a abolicionista, que tem como ideal a libertação animal. Outros movimentos lutam pela preservação dos animais, preocupados com o desequilíbrio ecológico. Nesse caso, a preocupação central está em salvaguardar a vida dos animais humanos.

Conclusão

Apesar de todos os esforços dos ativistas, a situação dos animais ainda é muito grave. A lei é branda e não existe estrutura jurídica e científica capaz de monitorar tudo o que ocorre com os animais nos laboratórios, nas universidades, na pecuária, nos institutos de pesquisa de melhoramento, etc. Alguns autores (LOPES, 2011) sugerem a criação de uma Promotoria de Justiça de Defesa dos Animais. Acreditamos que a Educação Ambiental Crítica possa ser uma ferramenta auxiliadora na (re)construção dos conceitos e de uma visão de mundo menos utilitarista, onde a ética seja mediadora das ações humanas.

Referências Bibliográficas

- LOPES, Rosanna. “Direito dos Animais: A alvorada de um direito emergente”. FASP, 2011. <http://www.scribd.com/doc/115624073/Direito-dos-Animais-TCC>
- REGIS, Arthur H. P.; CORNELLI, Gabriele. “Experimentação animal: panorama histórico e perspectivas”. *Revista Bioética*. N° 20, Vol. 2, 2012.
- SILVEIRA, Cristiane Amaro da & CUSTÓDIO, Elizabeth Iannini. “O 'fazer o bem sem olhar a quem' e os limites da abordagem antropocêntrica na história das relações homem-animal”. http://comciencia.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-76542011001000007&lng=en&nrm=iso

EDUCAÇÃO AMBIENTAL PREVENINDO A BIOPIRATARIA: CONHECENDO PARA PRESERVAR

1. Ana Paula Pinto do Nascimento; 2. Epaminondas Silva Simas;

1. Advogada Sanitarista. Mestre em Educação Profissional em Saúde (EPSJV/FIOCRUZ); 2. Graduando de Química (UFRRJ); (advrj.agro@gmail.com)

Introdução

O objetivo deste trabalho é trazer à lume a importância da educação ambiental como uma possibilidade de sensibilizar e capacitar o indivíduo acerca da finitude dos recursos naturais, a importância da preservação de animais e vegetais (fauna e flora) brasileira. Sabendo-se ainda do agravante que espécies brasileiras estão sendo pirateadas e, por conseguinte, patenteadas no exterior, com isso a diversidade natural do país vem sendo paulatinamente saqueada, gerando riqueza bem distante dos locais e comunidades onde toda essa cadeia de perda de patrimônio biológico começa.

Metodologia

Foi utilizada para o presente trabalho a pesquisa documental e bibliográfica.

Resultados e discussões

A ideia de inesgotabilidade da fauna e flora brasileira deve-se a sua gigantesca biodiversidade. Essa mesma biodiversidade chamou a atenção dos primeiros colonizadores, que maravilhados diante das cores e variedade das aves, fizeram o primeiro envio de exemplares de papagaios e araras, entre outras espécies de animais e plantas ao rei de Portugal (RENCTAS, 2001). E assim, ao longo dos séculos seguintes, o Brasil tornou-se um grande exportador de animais e plantas silvestres, sendo desde o princípio afetado pela biopirataria, na qual o caso mais emblemático foi o contrabando de sementes de seringueira em 1876 pelo inglês Henry Wickham que, 30 anos após o fato, veio a ocasionar a quebra da indústria da borracha na Amazônia (LANE, 2008). Somente em 1967 com a criação do Instituto Brasileiro de Florestas e promulgação da Lei Federal nº. 5.197, tipificando como crime as atividades de coleta, cativo e venda de exemplares da fauna silvestre nacional (RENCTAS, 2001). Contudo a lei não previa nenhuma alternativa para todos aqueles que tinham na coleta de animais e plantas a garantia de seu sustento, dentre estas muitas comunidade indígenas e tradicionais (RENCTAS, 2001). Com a promulgação da Constituição Federal em 1988, ficou estabelecido que é uma obrigação do Estado a promoção da Educação Ambiental (ANTUNES, 2004).

Muitos biopiratas aproveitam-se da falta de informação dos povos da floresta ou de comunidades tradicionais para extrair conhecimento ou material biológico de interesse científico. Deste modo a educação ambiental constitui-se uma via inibitória de possíveis pactuações econômicas e convivências, sendo uma poderosa ferramenta de conscientização dos indivíduos, ajudando na preservação do meio ambiente e da diversidade biológica local, podendo advir dela ainda o desenvolvimento de novas formas de geração de renda a partir do uso consciente dos recursos biológicos.

Na tentativa de coordenar e organizar os esforços nacionais em educação ambiental, com a Lei.9.795 de 27 de abril de 1999 que dispõe sobre a educação ambiental e dá outras providências, foi instituída a Política Nacional de Educação Ambiental e desta surge o Programa Nacional de Educação Ambiental. Faz-se importante ressaltar que conforme expresso no Art. 8º da referida Lei, as atividades vinculadas à Política Nacional de Educação Ambiental devem ser desenvolvidas na educação em geral e na educação escolar [...]. Estendendo-se ainda, a capacitação de recursos humanos incorporando a dimensão ambiental na formação, especialização e atualização dos educadores de todos os níveis e modalidades de ensino, conforme o inciso IV do paragrafo 2º do referido artigo.

Considerações Finais

A ideia central do trabalho constitui-se em sensibilizar a sociedade em um todo, mas especificamente as crianças, pois nelas está a esperança de um futuro sem biopirataria e sem permissão de saques a nossa pátria. Depois da esfera capitalista, colecionadores exóticos e cientistas sem escrúpulos, as crianças, são as mais vulneráveis a desejar alguns animais silvestres pelo meio visual, isto pelo fato da rota de exposição dar-se muitas vezes em feiras livres.

Referências bibliográficas

ANTUNES, Paulo Bessa. Direito Ambiental. ed.Lumen Juris.7ªedição:Rio de Janeiro.2004

BRASIL. LEI No 9.795, DE 27 DE ABRIL DE 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Disponível em:
<<http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/educacaoambiental/lei9795.pdf>. Acessado em 18 jan. 2014

LANE, Ann. The Pacific as rhizome: the case of Sir Henry Alexander Wickham, planter, and his transnational plants. In: **Transnational Ties: Australian Lives in the World**. (Editors: DEACON, Desley, RUSSEL, Penny, WOOLLACOTT, Angela), Camberra: ANU E Press, 2008. p. 183

RENTAS (Rede Nacional de Combate ao Tráfico de Animais Silvestres). 1º Relatório Nacional sobre o Tráfico de Fauna Silvestre. 2011. Disponível em: <<http://www.rentas.org.br/>>. Acesso em: 18 jan. 2014.

**EDUCAÇÃO AMBIENTAL, TRILHA NA FLORESTA DA TIJUCA
ORGANIZADA PELO INSTITUTO MOLEQUE MATEIRO DE
EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA CRIANÇAS CARENTES DO
PROJETO CRIANÇA EM MOVIMENTO DO PAVÃO-
PAVÃOZINHO.**

1. André Herzog de Almeida

1. Graduando em Licenciatura em Geografia pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Departamento de Geociências. Instituto de Agronomia.
andre@molequemateiro.com.br

Introdução

O trabalho consiste num trabalho de campo realizado na Floresta da Tijuca, local conhecido como circuito das grutas. Trabalho realizado pra dar oportunidades a crianças mais carentes, a vivência na floresta, e uma sensibilização com ela. “Segundo a constituição, todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.” (artigo 225, Constituição Federal de 88).

Hoje cada vez mais, crianças, adolescentes e adultas não têm quase relação com a natureza. E a população carioca, que tem dois entre as três maiores florestas do mundo, o Parque estadual da Pedra Branca e o Parque nacional da Tijuca. O Parque Nacional da Tijuca é onde foi elaborado o nosso trabalho de campo, organizado pelo Instituto Moleque Mateiro de Educação Ambiental que fez o guiamento e a interpretação da trilha, o Instituto Hillel Rio ofereceu o lanche, transporte e voluntários (educadores sociais, jovens judeus) que são integrantes do projeto Criança em Movimento que é realizado na ONG Escola Solar Menino de Luz, que se localiza no Rio de Janeiro, bairro de Ipanema, na comunidade Pavão-Pavãozinho.

Metodologia

O Criança em Movimento é realizado por esse jovens judeus, que utiliza da educação não formal em seu trabalhos. Segundo Guimarães e N. Vasconcelos (2006) “educação não formal deve aliar informação, ensino aprendizagem e entretenimento em prol da promoção da ampliação da cultura e construção de valores”.

O trabalho foi realizado na Floresta da Tijuca, num local conhecido como Circuito das grutas. O Instituto Moleque Mateiro de educação ambiental, por trabalhar

com essa questão da educação ambiental, realizou um trabalho Interdisciplinar e Multidisciplinar. Realizando um trabalho de interpretação ambiental (percebendo aspectos de fauna e flora, nativas e exóticas, entre outros), entendemos um período da história do Rio de Janeiro e do Brasil, além de localização geográfica e percepção de paisagem. Foi uma equipe formada por diferentes tipos de educadores ambientais, levando essa visão também pra sua equipe, sendo formada por geógrafos, biólogos, gestor ambiental, publicitários, entre outros. Guimarães e N. Vasconcelos (2006), afirmam o que é atividade de educação ambiental, dizendo que “os pressupostos de uma Educação ambiental crítica que estamos considerando aqui são sua abordagem interdisciplinar. Referenciada na perspectiva da complexidade e subsidiada pela interpretação histórico-crítica da realidade”. Além de uma proposta de retirada das crianças de um espaço formal levando para um não formal no caso a mata atlântica. Sendo muito importante pra uma educação ambiental.

Resultados

Além disso, tudo, atrelado a muitas aventuras na mata, entrada em grutas, algumas difíceis, despertando assim espíritos aventureiros. Foi um trabalho de justiça social, dando oportunidade aqueles que nunca tinham ido, e nem teriam condições de ir de ter um dia e uma aula como essa. Foi um trabalho que durou aproximadamente 4 horas, e contou com três integrantes do Instituto moleque mateiro de educação ambiental. No final, teve um grande depoimento na rede social face book, de um dos voluntários, dizendo que foi o melhor campo/passeio realizado no ‘Criança em Movimento’.

Referencia Bibliográfica

Guimarães, M. e Vasconcellos, M. das M. Relações entre educação ambiental e educação em ciências na complementaridade dos espaços formais e não formais de educação. Pesquisa em desenvolvimento, na Coordenação de Educação do Museu de Astronomia e Ciências afins (MAST), no Rio de Janeiro. 2006

A INCLUSÃO SOCIOAMBIENTAL DE CRIANÇAS E JOVENS PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS EM BUSCA DE SUA MELHORA PSICOMOTORA, POR MEIO DO USO DA HORTA URBANA AGROECOLÓGICA

1. Beatriz Vilete dos Santos; 2. Rosária da Costa Faria Martins ;

1.UFRRJ/IE (biavilete@hotmail.com) ; 2.UFRRJ/IA (rosaria.cfmartins@gmail.com);

INTRODUÇÃO

O trabalho aqui apresentado esta sendo desenvolvido por alunas de graduação da UFRRJ, dos cursos de Licenciatura em Ciências Agrícolas e Engenharia Agrônômica, Beatriz Vilete dos Santos e Rosária da Costa Faria Martins, respectivamente. Sob a orientação da Mestra em Desenvolvimento, Sociedade e Agricultura, Lilian Couto Cordeiro Estolano. Com o apoio do Núcleo de PcD do CETEP SANTA CRUZ/FAETEC que funciona desde 1999, sob a orientação da professora Rosangela Ruffato e atende alunos com deficiência mental, motora e auditiva.

Fazer com que a RURAL contribua e interaja mais com os municípios de suas redondezas, ajudar a sociedade a ter uma vida melhor, com enfoque principalmente nas pessoas com necessidades especiais e utilizando o meio ambiente como chave fundamental para este sucesso são os grandes objetivos do nosso grupo, o RURALINCLUSUI.

As dificuldades de inclusão dos especiais na sociedade vão desde o acesso a prédios, aos transportes públicos, tratamento e entrada em escolas. Elisabete, mãe adotiva de uma criança autista, fala sobre a dificuldade de encontrar uma escola para o filho: “As escolas querem adequar, são seletivas e não entenderam que aprendemos de diversas maneiras. É inadmissível que a leitura e a escrita sejam condições de incluir. Todos nós temos capacidade, cada um a seu tempo.”

Percebem-se bons resultados quando a inclusão é realizada durante o crescimento do PcD, como é o caso da primeira repórter com síndrome de Down do mundo, a brasileira Fernanda Honorato. Além de repórter atua como atriz, atleta e passista de escola de samba. Segundo Maria do Carmo, sua mãe, Fernanda pôde crescer tanto na vida pessoal quanto profissional pelo fato de ter sido incluída na sociedade desde criança, começando dentro de casa, com um tratamento de igual para igual.

Atualmente, percebe-se uma grande deficiência na comunicação da sociedade. Aprender a comunicar-se com surdos e mudos é algo que não é estimulado, ou seja, nos tornamos adultos e não incluímos estes portadores de deficiência em nosso meio. Aprender a Linguagem Brasileira de Sinais desde pequenos seria uma forma de tornar a sociedade um pouco mais inclusiva.

O trabalho aqui proposto tem um papel fundamental em impulsionar a melhora do portador de necessidades especiais. Vendo que as dificuldades de inclusão dos especiais na sociedade são muito expressivas, desenvolver novos projetos em núcleos ou escolas que já trabalham com os especiais é de extrema importância, tornando-os cada vez mais ativos e receptivos à aqueles que necessitam desse trabalho tão importante.

METODOLOGIA

O trabalho proposto tem como importante papel unir o uso do meio ambiente em favor da melhora psicomotora de crianças e jovens portadores de necessidades especiais, integrando a UFRRJ com instituições focadas neste objetivo, incentivando a preservação ambiental, a agroecologia e a horticultura urbana, sendo assim um projeto social com técnicas e ideias voltadas para a sustentabilidade, seguindo, a princípio, as seguintes etapas:

- Visita ao Núcleo de PcDs do CETEP Santa Cruz, para a organização das atividades a serem prestadas pelo grupo RURAL INCLUI durante o ano de 2014;
- Implementação da horta urbana agroecológica no CETEP Santa Cruz;
- Coleta de desenhos e pinturas para a criação do calendário do ano de 2015;

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

REVISTA INCLUIR – AO ALCANDE DE TODOS. São Paulo. Ed.Minuano, 2012 – nº17/ano 3. Pág. 10 a 13 “Onde estudar?” Dúvida ainda maior quando o filho tem alguma deficiência. Por: Guga Dorea.

REVISTA INCLUIR – AO ALCANDE DE TODOS. São Paulo. Ed.Minuano, 2012 – nº17/ano 3.Pág. 54 a 56 “Relacionamento nas escolas” Por: Guga Dorea.

REVISTA INCLUIR – AO ALCANDE DE TODOS. São Paulo. Ed.Minuano, 2011 – nº14/ano 3.Pág. 24 e 25 “Fernanda Honorato” Por: Caroline Baptista.

REVISTA INCLUIR – AO ALCANDE DE TODOS. São Paulo. Ed.Minuano, 2011 – nº14/ano 3.Pág. 56 a 58 “Educação Especial em evidência” Por: Guga Dorea.

PROFESSORA, O QUE É MEIO AMBIENTE? POSSO DIZER O QUE É? AS RELAÇÕES DE PODER NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Clarissa Teixeira Lopes¹ (clarissa_tl@hotmail.com)

1. Professora da Rede Municipal de Educação do Rio de Janeiro, especialista em educação infantil pela PUC-RJ

Introdução

O presente resumo se baseia numa monografia de especialização que tem como fundamento a temática das relações de poder e o controle como componentes disciplinares na Educação Infantil, que tecendo relação com o tema sobre natureza/ambiente denota a preocupação da autora em discutir a necessária integração curricular com a questão ambiental sob a perspectiva da infância. *A priori* sustenta uma metodologia onde a investigação direta e questionadora de quem pesquisa também é ao mesmo tempo aquela de quem experimenta os processos socioambientais. Neste contexto, faz-se necessário trazer as identidades sociais de quem se pronuncia e do *tempo/espaco* de onde esta pessoa se coloca e com quem dialoga sobre meio ambiente, natureza, fauna e flora, enfim ecologia. O objetivo do trabalho é discutir sobre os conceitos de disciplina, controle e relações de poder na educação infantil como forma de assujeitamento das infâncias e que possivelmente as afastam de uma perspectiva de formar opinião sobre questões ambientais, ecológicas e humanas, dando significados ao que elas compreendem sobre questão ambiental.

Metodologia

Percorrer o caminho de volta e andar pelas vias das memórias de vida deixando que as palavras façam a reconstituição de alguns percursos, onde a narrativa é a forma metodológica de abordagem sobre um conteúdo, mas também de uma prática, mas não é tarefa uma fácil. No entanto, ao acreditar que nos dizeres e fazeres de professores inclusive no meu se forma uma intrincada rede de significações sobre as teorias e práticas educativas ambientais, isto abre possibilidades de tecer um trabalho acadêmico que pode além de trazer contribuições para o campo da Educação Ambiental, ainda possui um aspecto metodológico que como conhecimento entrelaça a realização pessoal e as subjetividades. Nesse sentido, abrir espaço para crianças falarem significa abrir espaço para as experiências subjetivas, mais intensas, que nos permite representar a vida e através da possibilidade de contar, narrar também interrogar sobre as coisas do mundo, diante do quadro de dominação de mentes e comportamentos das infâncias porque para Foucault deve-se fazer a crítica a partir dos diversos espaços e ambientes.

Resultados e discussão

A educação das crianças para uma sociedade sustentável tem sido cada vez mais discutida no meio acadêmico, tecendo propostas educativas sistematizadas como a da *Ecopedagogia* (GUTIERREZ; PRADO, 2001), a da *Alfabetização ecológica* (CAPRA, 2006), a do Sujeito Ecológico (CARVALHO, 2006) que segundo Carvalho sinaliza a percepção de educadores e pesquisadores com “os processos de subjetivação implicados na internalização de um ideário ecológico, como parte importante dos processos de constituição de identidades (...) como parte da constituição de um campo de relações sociais materiais, institucionais e simbólicas, em torno da preocupação ambiental, que caracteriza um campo ambiental, onde se destaca a noção de sujeito *ecológico*” (p.2). Capra situa os educadores sobre a alfabetização ecológica compreendendo a criança como sendo sujeito num mundo onde o “desequilíbrio dos ecossistemas reflete um desequilíbrio anterior da mente, tornando-o uma questão fundamental da consciência ambiental, já que a crise ecológica é, em todos os sentidos, uma crise da educação” (p.11).

Conclusão

Finalmente pergunto como conduzir os estudantes “às experiências de liberdade” tão importantes na educação ambiental crítica? Penso que me orientando em Foucault estas experiências de liberdade podem ser críticas na medida em que a construção do conhecimento é um exercício sempre inquietante, questionador, é um exercício de pensar sobre si e cuidar de si e do outro. Quando Foucault propõe a liberdade para se chegar à atitude-limite, que esta por sua vez torna possível a mudança através da crítica, o autor estaria pensando que podemos sair de nós, o nós construído social e ambientalmente. Trabalhar com as crianças significa que podemos criar universos de ficção e naturais como também descobrir na realidade a incompletude da vida.

Referências Bibliográficas

- CARVALHO, I.C.M. *A invenção do sujeito ecológico: identidades e subjetividade na formação dos educadores ambientais*. In: Sato, M. & Carvalho, I. C. M. (orgs) Educação Ambiental; pesquisa e desafios. Porto Alegre, Artmed, 2005.
- CAPRA, F; STONE, M.K.; BARLOW, Z. *Alfabetização Ecológica: a educação das crianças para um mundo sustentável*. São Paulo:2006.
- FREIRE, P. *Educação como prática da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.
- FOUCAULT, M. *Vigiar e Punir: Nascimento da prisão*. 36ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

JOGO CAMINHO ECOLÓGICO: DIALOGO SOBRE PRESERVAÇÃO AMBIENTAL

1. Cristiane da Silva Alves; 2. Aline Donato de Oliveira Trancoso; 3. Lenir Lemos
Furtado Aguiar.

1.2. Estudantes de Biologia; 3. Professora. UFRRJ, Departamento de Biologia Animal e
Instituto de Biologia (cris_alves_ufrj@yahoo.com.br)

Introdução

Os jogos didáticos tem se demonstrado muito eficientes no ensino - aprendizagem. Com esta proposta, desenvolvemos um jogo de tabuleiro com o tema “Sustentabilidade”, esta atividade lúdica tem como objetivo estimular a conscientização de sustentabilidade e o diálogo sobre preservação ambiental, inferir a compreensão dos alunos sobre os principais temas de preservação ambiental e sustentabilidade e promover a comunicação e a cooperação entre os alunos.

Metodologia

Este jogo denominado “Caminho Ecológico”, foi aplicado na Escola Municipal Gilson Silva do Município de Seropédica-RJ, durante a realização da “Semana Verde” (espaço no calendário escolar municipal dedicado a execução de atividades que visem promover a conscientização com a preservação da natureza e o diálogo com temas de educação).

O jogo é composto por um tabuleiro, confeccionado em EVA, tampinhas de garrafa (para representar os peões), um dado comum (adquirido facilmente em uma papelaria), e cartas com perguntas sobre sustentabilidade, preservação e conscientização ambiental, confeccionadas em papel cartão pelos bolsistas.

Esta atividade foi aplicada nas turmas do 7º ano da referida escola. Os alunos das turmas foram divididos em quatro grupos de cinco, representados por um peão no tabuleiro. Eles deviam rolar o dado e andar o respectivo número de casas. Algumas casas marcadas com um ponto de interrogação (?) levavam o grupo a responder uma pergunta sobre sustentabilidade para poder avançar. O objetivo do jogo era chegar ao final da trilha.

Resultados e discussões

Através desta atividade estimulamos o interesse sobre o conteúdo e o trabalho em equipe, promovendo interações entre os alunos, dialogando sobre sustentabilidade e educação ambiental.

Considerações finais

A atividade atuou de forma motivadora e observamos que os alunos compreenderam bem o assunto. Além disso, o trabalho em grupo é um dos melhores meios de promover uma interação entre os alunos e estimular o raciocínio, já que garante debates até que se chegue a um senso comum.

Agradecimentos

Agradeço ao apoio: CAPES/ PIBID

Referências bibliográficas

ANGELO, E. A.; PESSÔA, K. A.; FAVALLI, L. D. **Projeto Radix – Ciências – 9º Ano / 8ª Série do Ensino Fundamental**. 1ª Ed. Scipione, 2009.

HISTORIAS EM QUADRINHOS: Instrumento de Conscientização Ambiental

1. Cristiane da Silva Alves; 2. Aline Donato de Oliveira Trancoso; 3. Ícaro de
Morais Monteiro

1,2,3. Estudantes de Biologia. UFRRJ, Departamento de Biologia Animal –
Instituto da Biologia. (cris_alves_ufrj@yahoo.com.br)

Introdução

O presente trabalho foi desenvolvido por bolsistas do PIBID/2011 de Ciências Biológicas da Universidade Federal Rural do Rio Janeiro. Buscou averiguar quais as possibilidades das histórias em quadrinhos como mediadora de educação ambiental, através da análise de tirinhas. As histórias em forma de tirinhas torna mais interessante o conteúdo a ser estudado, sendo visto como um instrumento lúdico motivador de aprendizagem.

Professores e alunos por muito tempo acreditaram que as histórias em quadrinhos promovessem o afastamento das crianças da leitura e dos livros de literatura infantil, sendo objeto de fortes críticas e rejeição. Aos poucos foram incluídas nos livros didáticos. As histórias em quadrinhos foram validadas pelos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN. Desde então possui um movimento crescente de estímulo ao uso deste recurso didático em ambientes escolares.

Metodologia

Para iniciar a atividade, os alunos se dividiram em grupos, cada grupo com três participantes. Cada aluno recebeu uma tirinha. Foram analisadas três tirinhas com enfoque ambiental. Cada tirinha tinham duas perguntas referentes a ela. Nos grupos, cada aluno ficava com uma tirinha diferente. As respostas das perguntas eram feitas individualmente, mas o grupo poderia discutir entre si as tirinhas. O público alvo foram estudantes do 6º, 7º e 8º da Escola Municipalizada Gilson Silva, localizada em Seropédica/RJ. O presente trabalho foi aplicado em setembro de 2013, na Semana Verde da escola.

Resultados e discussões

Os resultados da análise das tirinhas indicam uma preocupação desses alunos para questões importantes, como não poluir rios e mares, não descartar resíduos nas ruas, e não fazer queimadas. Os alunos também discutem a sua própria contribuição para a preservação do meio ambiente.

Considerações finais

Os professores veem o uso de Histórias em Quadrinhos como forma engraçada e eficiente de ensinar. Os quadrinhos aparecem como um instrumento precioso para se trabalhar educação ambiental em sala de aula. Há muitas possibilidades localizadas nas tirinhas que podem ser aplicadas ao processo educativo, como fomentar atitudes críticas, levantar discussão de conceitos, sensibilização frente aos problemas ambientais presentes na sociedade. Ressaltando que elas ainda tem como aliada a capacidade de atrair o aluno, valorizando situações do seu cotidiano e sua vivência. As tirinhas têm como vantagem ser extremamente forte e lúdica ao mesmo tempo acessível economicamente e bem como a formação da alfabetização científica nas séries iniciais escolares, estimulando essas habilidades e competências dos alunos, sendo um forte aliado do docente.

Referências bibliográficas

ANGELO, E. A.; PESSÔA, K. A.; FAVALLI, L. D. **Projeto Radix – Ciências – 9º Ano / 8ª Série do Ensino Fundamental**. 1ª Ed. Scipione, 2009.

SANTOS, T. C; Pereira, E. G. **Histórias em quadrinhos como recurso pedagógico**(*Comics as a pedagogical resource*. REVISTA PRÁXIS | ano V | nº 9 | Junho de 2013.

CORDEIRO, L. R. **Limites e possibilidades das Histórias em Quadrinhos como mediadora de Educação Ambiental** / Lilyane Ramalho Cordeiro – 2006.

CONSERVAÇÃO NA ESCOLA: PROTEGENDO O MUNDO DO PEIXE DE NUVEM

1. Carolina Mello; 2. Wilson José Eduardo Moreira da Costa.

2: Bolsista de iniciação científica, PROTAX/CNPq, email: carolms_br@hotmail.com;
2. Orientador, Coordenador e Professor, email: wcosta@acd.ufrj.br. Laboratório de
Sistemática e Evolução de Peixes Teleósteos, Instituto de Biologia, Departamento de
Zoologia, UFRJ

Introdução

Os peixes em geral ocupam ambientes estáveis, no entanto alguns são encontrados em ambientes mais instáveis, como poças formadas pelo acúmulo de água de chuvas e o transbordamento do lençol freático. Nesses ambientes há peixes especializados para sobreviver em tais condições. Pertencem à família Rivulidae. Essas poças são ambientes temporários, por isso esses peixes possuem ciclo de vida sazonal, ocorrendo apenas nas estações chuvosas, uma ou duas vezes por ano. São capazes de em poucas semanas tornarem-se adultos e se reproduzir antes das poças secarem. Seus ovos podem aguentar o ressecamento da poça, entrando em diapausa, graças à camada de xerogel da qual são recobertos, só eclodindo quando a poça volta a encher (Costa, 2009).

Os rivulídeos podem ser encontrados em diversos biomas, como a Caatinga, Cerrado, Floresta Amazônica, Mata Atlântica e Pampa. Com o crescimento urbano, esses biomas vêm sofrendo crescente perda de território ao longo dos anos. O desflorestamento resseca os ambientes e o asfaltamento e aterramento de brejos prejudica o acúmulo de água para a formação das poças onde os ovos dos peixes eclodem. O acúmulo de lixo também interfere de maneira substancial no desenvolvimento desses peixes (Costa, 2009). Para tentar contornar esse futuro trágico, surgiu em 2012 o Plano de Ação Nacional para a Conservação dos Rivulídeos – PAN Rivulídeos, por iniciativa do ICMBio que visa proteger o habitat dos rivulídeos e preservar espécies focais ameaçadas, no período de cinco anos. Esse projeto possui um papel importante na luta contra a destruição do habitat e extinção. O projeto cria e expande unidades de conservação, manejo de espécies, além de difundir programas de Educação Ambiental.

Metodologia

O projeto de educação ambiental “Conservação na Escola: Protegendo o Mundo do Peixe de Nuvem”, visa visitas a escolas públicas para apresentar a temática dos peixes anuais, mostrando sua relevância ecológica e a importância de se preservar a natureza.

Durantes as visitas, uma breve aula teórica com amplo e adequado material didático visual é ministrada, discutindo-se de maneira participativa o que são peixes, ambientes em que podem ser encontrados, explicando-se o porque do nome popular de

“peixes de nuvens” (a cultura popular nordestina difunde a história de que os ovos caem com a gota da chuva e por isso aparecem peixes nas poças após esses períodos) instigando-se questionamentos sobre conservação e evolução. Depois disso os alunos são apresentados ao material didático prático do LABSEPT (Laboratório de Sistemática e Evolução de Peixes Teleósteos) para que possam ter um contato mais próximo dos peixes anuais.

Resultados

Foi ministrada uma aula na Escola Municipal Julia Lopes de Almeida em Santa Teresa, município do Rio de Janeiro, RJ, no dia 03/12/2013, para alunos na faixa etária entre 11 e 13 anos, a grande maioria residente da comunidade do Morro dos Prazeres. A aula durou cerca de metade de uma tarde e contemplou cerca de 30 alunos. Os alunos se mostraram muito interessados com o assunto e apresentaram uma notável curiosidade com a parte prática.

Discussão

A participação dos alunos na aula foi muito positiva. O que mostra que o projeto está cumprindo sua função de difundir o conhecimento e gerar consciência ecológica. É importante levar para a sociedade parte do conhecimento que se cria na faculdade. É com o uso pragmático desse conhecimento que há a possibilidade de tentar educar a nova geração e assim mudar o modo como eles vêem o meio ambiente.

Consideração parcial

Foi ministrada apenas uma aula até o momento, em que a participação foi muito positiva, mas o projeto ainda está em fase inicial, outras visitas ainda são programadas para o ano de 2014 em outras escolas.

Bibliografia

Costa, W.J.E.M. Peixes aploqueilóideos da Mata Atlântica brasileira; história, diversidade e conservação/Aplocheiloidei fishes of the Brazilian Atlantic Forest: history, diversity and conservation. 172 p. Rio de Janeiro: Museu Nacional. 2009

Costa, Wilson J. E. M. ; LEAL, F. . Egg surface morphology in the Neotropical seasonal killifish genus *Leptolebias* (Teleostei: Aplocheiloidei: Rivulidae). *Vertebrate Zoology*, v. 59, p. 25-29, 2009

PRODUTO DE LIMPEZA ECOLÓGICO - DO ÓLEO AO SABÃO – FAETEC QUINTINO/RJ ESTENDE A PESQUISA PARA O ENSINO

Autor principal 1. Profa. Dilma Alves Costa; Co-autor 2 Profa. Elizete Amorim; Co-autor 3 Profa. Marilene dos Santos Fernandes; Co-autor 4 – Téc. Quím. Amelsidequi Camilo de Oliveira

1. UFRRJ, DEQ/IT; 2. EEEFR/FAETEC Quintino; 3. Escola Municipal Santa Sofia-Seropédica/RJ; 4. UFRRJ, DEQ/IT - email: dilmaengquim@gmail.com

Introdução

O projeto **Produto de Limpeza Ecológico - Do Óleo ao Sabão** foi um trabalho conjunto, com professores da **EEEFR/FAETEC Quintino/RJ**, que viram a possibilidade de conscientizar principalmente a comunidade escolar sobre as características poluentes do óleo de fritura e estimular a sua reciclagem. Este projeto integrou professores de diferentes áreas de ensino: Língua Portuguesa, Educação para o Lar, Ciência Biológica, Matemática e Ciências Sociais, para, a partir da reciclagem do óleo de fritura, estimular a capacitação de professores e servidores técnicos da escola, no desenvolvimento de novas formulações de sabão, além de propiciar aos alunos uma mudança de postura com relação ao descarte responsável do óleo de cozinha, com a possibilidade de geração de renda, associando o conhecimento teórico ao prático, na produção e consumo de novas formulações de detergente.

Metodologia

Diferentes metodologias de ensino foram utilizadas pelos professores/pesquisadores da escola **EEEFR/FAETEC Quintino/RJ** para capacitação, principalmente, dos alunos das 8ª e 9ª séries com recursos de informática para confecção de cartazes e divulgação do projeto; valorização da figura geométrica na arte e na matemática; redação de textos; aplicação das expressões de unidades de medida; aprimoramento dos conhecimentos teóricos de ciências (química e física) e práticas experimentais na transformação do óleo em sabão; além da capacitação de técnicos e professores, no desenvolvimento de novas formulações de sabão e detergente. As metodologias de extensão foram utilizadas para conscientização da reciclagem de óleo de fritura e na realização e participação pelos alunos e professores em eventos voltados para ações ambientais. A metodologia de pesquisa foi utilizada no desenvolvimento das novas formulações de produtos de

limpeza, pelos professores e pelos alunos das 8ª e 9ª séries, em benefício de utilização na própria escola.

Resultados e discussões



Figura 1. Confeção dos rótulos das embalagens para reciclagem do óleo de fritura (Alunos das 8ª e 9ª séries e as professoras Marilene dos Santos Fernandes e Elizete Amorim)



Figura 2. Treinamento dos alunos das 8ª e 9ª séries e dos professores da EEEFR/FAETE C Quintino, aos Laboratórios do DEQ/IT/UFRRJ e treinamento desses alunos na formulação do sabão, na própria escola EEEFR/FAETE C Quintino.



Figura 3 Logomarca; aluno ganhador do concurso para escolha da logomarca representante do projeto; divulgação do projeto *Produto de Limpeza Ecológico - Do Óleo ao Sabão*, na EEEFR/FAETEC Quintino.

Considerações finais

A equipe executora da EEEFR/FAETEC Quintino/RJ utilizou o desenvolvimento de novas formulações de produtos de limpeza à partir da reciclagem de óleo de fritura, para conscientizar, sensibilizar e aplicar essa informação em novas metodologias de ensino.

Agradecimentos (opcional)

À FAPERJ pelo financiamento do projeto e pelas bolsas de TCT (02) concedidas.

PRIMEIRAS REFLEXÕES SOBRE AGRICULTURA FAMILIAR E AGROECOLOGIA EM ÁREAS DE REFORMA AGRÁRIA

Diogo Linhares Fernandes¹ e Diogo de Souza Pinto²

1. Graduando em Agronomia da UFRRJ, bolsista de apoio técnico do DTPE/IE; Mestrando em Educação – PPGEDUC da UFRRJ e bolsista do CAPES.

Introdução

O ensino, pesquisa e extensão em áreas de reforma agrária pressupõem espaços dialógicos sobre o tema da educação ambiental crítica. Instituições como a UFRRJ, EMBRAPA, PESAGRO e a SIPA estão na cidade de Seropédica, que tem como característica o crescente processo de urbanização, expansão do comércio, serviços e industrialização, mas ao mesmo tempo mantém características rurais, onde sedia a produção de subsistência, do tipo agricultura familiar. Entendendo tal importância dessas aproximações com os saberes da Educação Ambiental, com o interesse de buscar o despertar crítico socioambiental na comunidade é que trazemos neste trabalho uma parte de um projeto que visa construir ferramentas para refletir sobre os princípios e valores destes espaços rururbanos (GRAZIANO DA SILVA, 1999). Nestes locais metropolitanos quase sempre os sujeitos convivem entre ambiente urbano e rural, meio de vida urbano e meios de produção agrícolas, elementos simbólicos rurais em espaços urbanos, enfim são trabalhadores desterritorializados.

Metodologia

Baseamos nossas reflexões em LUDKE e ANDRÉ (2013) tomando como campo o Assentamento Sol da Manhã, onde foram realizadas visitas e observação participante com os atores sociais que ali produzem e vivem com suas famílias. O projeto se encontra em desenvolvimento e no momento apresentamos os primeiros achados e nos baseamos nas reflexões sobre a visão dos agricultores diante dos impactos socioambientais provocados nos processos de produção e de interferência na natureza bem como de desarticulação entre público e políticas para o setor agrícola.

Resultados e Discussão

O Assentamento Sol da Manhã é exemplo de um espaço de conquista e permanência na terra que resultou numa história de aproximadamente 25 anos de ocupação. Famílias de diferentes regiões do Estado do Rio de Janeiro, que reivindicavam do governo a esperada Reforma Agrária, conquistaram seu território visando à produção agrícola. Entendendo

a verdadeira importância dessas famílias é que chegamos até a área para estudar os diferentes aspectos socioambientais da comunidade. A Escola Municipal Paulo Freire, foi o primeiro espaço que estabelecemos uma aproximação por meio de visitas e trabalhos que dialogavam com conceitos de Educação Ambiental Crítica com crianças do ensino fundamental. Achamos importante para o nosso trabalho aproximarmos também dos agricultores. As relações com esses atores foram se construindo junto à pesquisa sobre quais são os seus valores socioambientais que foram adquiridos com o tempo, com as suas relações diretas entre sujeito-natureza-comunidade. Nas visitas semanais ouvindo cada história e experiência de vida, desde o início da ocupação da terra, percebia-se um despertar para a transição agroecológica. É sempre presente em suas falas que as suas produções e manejo são realizados de maneira orgânica, embora não almejem a busca pela certificação. O motivo de optarem por esse tipo de prática é o fato de já terem experiências de colegas contaminados pelo uso de agrotóxicos e seus impactos na natureza. A comercialização de seus produtos acontece em feiras no próprio município e em demais regiões, mas raros se organizaram em cooperativas, outros comercializam para atravessadores e outros diretamente com os consumidores. Percebemos em suas falas, fortes críticas em relação ao sistema político das últimas décadas que deu apoio a agricultura familiar, visto as condições precárias do local.

Considerações Finais

O que temos por considerar até o momento é que o Assentamento Rural Sol da Manhã vem sendo um espaço de resistência dos agricultores. É um território de interesses para as indústrias que já vem se aproximando da região com diferentes propostas que reflete na pouca resistência dos agricultores diante dos interesses políticos que não atendem as necessidades de condições de vida no campo. Mas por outro lado, observamos o despertar crítico nas práticas produtivas e de relação com o meio ambiente o que caracteriza a dimensão da transição agroecológica como norteadora deste processo.

Referências Bibliográficas

GRAZIANO DA SILVA, J. *O novo rural brasileiro*. Campinas: IE-UNICAMP. Coleção Pesquisa, n. 1, 1999.

LUDKE, M.; ANDRE, M. E.D.A. *Pesquisa em Educação: Abordagens Qualitativas*. São Paulo: EPU, 2013.

INTERFACES ENTRE DESENVOLVIMENTO LOCAL, AGROECOLOGIA E AGRICULTURA FAMILIAR

Edimar dos Santos Júnior¹ & Clarindo Aldo Lopes²

1. Bolsista de Apoio Técnico Acadêmico/UFRRJ, estudante do Curso de Agronomia (popo_junior@hotmail.com); 2. Professor Orientador DF/Instituto de Agronomia da UFRRJ, Associado IV.

Introdução

Este trabalho apresenta uma discussão sobre algumas questões relacionadas à agricultura familiar e a agroecologia. Sabemos que a mesa dos brasileiros é abastecida prioritariamente pela produção agrícola familiar, então questiono: por que estes são tratados na maior parte das vezes com pouca importância e até mesmo esquecidos, dependendo do tipo de produção agrícola? O descaso é ainda maior se pensarmos sobre os meios de produção disponíveis pelas políticas públicas ou pela falta delas; os agricultores familiares são os que abastecem os mercados internos, e comumente são excluídos do mercado e ficam à margem de uma comercialização justa. Para que haja avanços há necessidade de instruir os produtores familiares, incluindo-os nos espaços acadêmicos, integrando os saberes da experiência de uma vida inteira no campo com os saberes científicos. Podemos dizer que uma boa parte da produção agrícola familiar nos traz indiscutivelmente qualidade de vida, pois o excedente não consumido pelo agricultor e sua família é direcionado e vendido nas feiras, CEASAS e mercados locais.

Metodologia

Trata-se de uma pesquisa de caráter sócio histórico, cujo embasamento teórico-metodológico parte da leitura de trabalhos científicos e da reflexão sobre experiências em escolas de assentamento de reforma agrária. Desta forma, uma parte substancial do trabalho foi possível devido um período de grande dedicação à leitura de documentos públicos, manuais, dissertações e artigos, bem como sistematização das experiências na Escola Municipal Paulo Freire, em Seropédica.

Resultados e Discussão

Com a implementação da agricultura moderna a sociedade capitalista investiu em políticas agrícolas que priorizaram a grande propriedade, que no processo de industrialismo intensificou a tecnificação do latifúndio para ampliar os negócios da monocultura, em especial aquelas para exportação. Assim, o grande capital colaborou com a expropriação de terras e dos saberes populares dos pequenos proprietários rurais, em face de apoio dos meios de produção que priorizaram as culturas de exportação. Temos hoje uma agricultura familiar de acesso restrito às políticas agrícolas, apesar de existirem políticas e programas de incentivo como o Programa Nacional de

Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), que exige inúmeras exigências burocráticas, bem como apresenta influência política local por parte dos prefeitos. Corroborando A estes fatos, ainda enfrenta problemas de ocupação/distribuição de terras, por estar num país que não realizou a reforma agrária, mas sim processos de colonização, quase sempre em locais de solo marginais, de baixo potencial produtivo. O processo de implantação da agricultura moderna se apoiou no aporte da revolução técnico-científica, dita por autores como sendo uma Revolução Verde, que dentre outras características, teve uma profunda intervenção humana na natureza, por meio de técnicas de manejo, do uso intensivo de agrotóxicos, fertilizantes químicos e de programas de melhoramentos vegetal e animal. Na contramão das políticas agrícolas de exportação está a agricultura familiar que abastece o mercado interno do país cujas propriedades são de pequeno e médio porte. É nesse contexto que a agroecologia emerge como uma alternativa embrionária de uma lógica ambientalista de produção baseada na relação entre sociedade, cultura e natureza. Considerando que a agroecologia está associada com a agricultura de pequeno porte, esta se propõe há não impactar a natureza. Esta por se caracterizar por pequenos e médios produtores rurais se baseia nas atividades que são desempenhadas, geralmente, com baixo nível de intervenção humana no manejo e não no emprego de aparatos tecnológicos industrializados, porque a sua produção é obitida pelos integrantes da própria família, utilizando saberes tradicionais, o que não significa ausência de tecnologia.

Conclusão

Nossos dados inicialmente dialogam com o cenário social, científico e político da agroecologia e agricultura familiar. Não temos dados conclusivos, embora este trabalho se ancore numa monografia de graduação, damos continuidade a pesquisa. Assim apresentamos como resultados iniciais as informações coletadas nas bibliotecas, levantamentos em sites acadêmicos. Neste sentido as políticas públicas que visam o fortalecimento da agricultura familiar no Brasil do tipo PRONAF, Rio Rural, Certificação merecem ser discutidas pelos próprios agricultores sobre sua operacionalização e execução.

Referências Bibliográficas

- CAPORAL, F. R. Uma estratégia de sustentabilidade a partir da agroecologia. *Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável*, Porto Alegre: Emater/RS, v.2, n.1, p. 35-45, jan./mar. 2001.
- OLIVEIRA, F. H. *Cultura Orgânica*. Rio de Janeiro: Desiderata, 2010.
- OLIVEIRA, L.; OLIVEIRA, I.S.; BENEVENUTO, M.A.D.R. *Cadernos de Discussão: Juventude, educação do campo e agroecologia*. Rio de Janeiro: Editora Outras Letras, 2011.

TRABALHANDO COM VALORES SOCIOAMBIENTAIS NA E PELA LIBERTAÇÃO DA VIDA ANIMAL

Edimar dos Santos de Souza Júnior¹ (popo_junior@hotmail.com); Diogo Linhares Fernandes²; LÍlian Couto Cordeiro Estolano³; Ana Luísa de Castro Oliveira⁴; Lia Maria Teixeira de Oliveira⁵; Ugo Teixeira Werneck Vianna⁶

1. Estudante de Agronomia e bolsista de Apoio Técnico Científico Projeto Bem Estar Animal/UFRRJ;
2. Estudante de Agronomia e bolsista de Apoio Técnico Científico Projeto Mãos que Plantam;
3. Licenciada em Ciências Agrícolas UFRRJ, facilitadora da Sala Verde/UFRRJ, membro do GEPEADS/UFRRJ;
4. Licenciada em Ciências Agrícolas da UFRRJ, bolsista da Sala Verde/UFRRJ, membro do GEPEADS/UFRRJ;
5. Professora do DTPE/IE/UFRRJ, membro do GEPEADS/UFRRJ;
6. Ativista ONG Animais Sujeitos de Direitos, professor gastronomia da UNISUAM;

Introdução

No que diz respeito aos problemas socioambientais, poderíamos passar horas listando-os e relacionando-os por serem inúmeros e presenciados no dia a dia das cidades e do campo. Quase nem percebemos estes, na medida em que já naturalizamos certos problemas ambientais, por termos tido uma educação utilitarista que traduz na coisificação de vidas humanas e animais; não obstante, corroboram para isto, por exemplo, os livros didáticos que há pouco tempo descreviam e classificavam os animais em “animais bons, úteis” e outros como sendo “animais nocivos” ao indivíduo social. Uma gama de preconceitos se desenvolveu como práticas sociais que levam às crianças e jovens a cometerem crimes ambientais pelo Brasil a fora. Gatos, Cães, Cavalos, Jumentos, Éguas, Capivaras, Papagaios, Canarinhos, Coelhos e outros animais considerados mais comumente domésticos, todos os dias são descartados em áreas urbanas e rurais como sendo coisas, objetos. Nas instituições sociais, onde muitas vezes, por serem públicas, deveriam educar e garantir o cumprimento da legislação ambiental, por ser um aparato estatal, nestas há crimes hediondos, como nós por vezes tomamos conhecimentos via mídias, tais como os experimentos com animais e a vivissecção. Neste contexto cabe ressaltar que o movimento da libertação animal é mundial, se orientando pelo debate filosófico (valores), intervenção educativa e princípios do vegetarianismo. Nessa perspectiva de um projeto que pretende chegar a ser uma política acadêmica de proteção à vida humana e animal, a Lei 9.795 de 27 de abril de 1999, que regulamenta a Educação Ambiental Brasileira, em seu artigo 2º delibera que “A educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal, informal e “não-formal”. A filosofia do conhecimento na modernidade propiciou o crescimento das instituições sociais mediadas pelo capital, o que na verdade consentiu ampliar os valores mais consumistas, utilitaristas e produtivistas, onde os processos educativos reproduziam a sociedade desigual. Neste sentido, este trabalho pretende discutir a necessidade de construção de novos saberes e práticas de proteção animal, bem estar animal e de legislação ambiental embasadas nos fundamentos da educação agroecológica, libertária e dialética.

Metodologia

Trata-se de uma pesquisa de caráter sócio-histórico, cujo embasamento teórico-metodológico parte da leitura de trabalhos científicos e da reflexão sobre experiências de discentes, docentes e técnicos mais recentemente na UFRRJ e seu entorno, que hoje tem cadastrada em torno de sete grupos militantes do Bem estar Animal e outros pela Libertação animal. Também cabe dialogar com os atores políticos que estão em meio aos movimentos sociais de libertação animal.

Resultados e discussão

No século XIX, o domínio do *homo sapiens* sofre um abalo. Charles Darwin (1809-1882) demonstra, com *A origem das espécies*, a relação de parentesco entre espécies diferentes por meio de ancestrais comuns. Isso muda o rumo da ciência e abre a reflexão sobre a questão homem/animal. Hoje, as principais vertentes que embasam a luta pelo

direito dos animais são: a bem-estarista – que parte do viés utilitarista e reivindica “melhores condições de vida”, como a humanização no abate – e a abolicionista, que tem como ideal a libertação animal. Para um dos maiores estudiosos sobre a questão, Singer (1970) considera que a defesa da igualdade entre "animais humanos e não-humanos", toma como base na capacidade que ambos têm de sofrer, sentir fome, sentir sede, ter sensações. No livro de Singer há uma busca pela reflexão científica sobre a questão de como devemos tratar os animais não-humanos. A reflexão do autor se desenvolve abordando os preconceitos para mostrar que estes surgem por nossas atuais atitudes e comportamentos individualistas dos humanos. Singer cunhou de "especismo" esse preconceito a favor dos interesses da própria espécie e contra os de outras. A definição é amplamente exemplificada sobre experiências com diversos animais pelas indústrias de cosméticos e medicamentos, pesquisas médicas e sobre criação de animais para abate. Mas cabe ressaltar que a sociedade vem reagindo e o ativismo existente na academia e nas instituições de pesquisa se organiza com a militância na sociedade, o que colabora em várias tentativas de denúncias e ainda de intervenção como aquela que resgatou os beagles, ratos e coelhos do Instituto Royal, no Estado de São Paulo. A exploração animal está diretamente ligada a grandes corporações e mega grupos econômicos como os da empresa e indústria farmacêutica.

Conclusão

Neste sentido, podemos verificar que outras instituições universitárias estão à frente da UFRRJ ao terem assumido as propostas de seus servidores. Um belo exemplo é o projeto de extensão da Profª Dra. Paula Brügger (UFSC Dep. de Ecologia e Zoologia, Coordenadora do projeto de extensão em educação ambiental "Amigo Animal") que segundo ela

“Embora a visão dos animais como seres sencientes - isto é, capazes de experimentar prazer, dor, medo e outras sensações - bem como o reconhecimento de que os animais têm interesses, sejam questões que permeiam todo o projeto, a relação entre nós - "animais-humanos" - "e os outros animais", é colocada como um fio condutor, ou tema gerador, como diria Paulo Freire, de um debate interdisciplinar sobre educação e meio-ambiente. Isso implica identificar as raízes históricas, sociais, éticas, estéticas, econômicas e políticas, entre outras, que integram a chamada problemática ambiental”

A saber, o projeto da UFSC faz parte de uma Política Acadêmica maior de Educação Ambiental que tem os subprojetos de Amigo Animal, Combate à Venda Ilegal, Controle Populacional, Voluntários, Denúncias de Maus Tratos, Atendimento Veterinário, Adoção de Animais e Identificação Eletrônica (chip). Considerando que a educação ambiental pode construir conhecimentos e práticas que fazem as crianças e jovens mudarem suas representações sociais e comportamentos ingênuos em críticos.

Referências Bibliográficas

LOPES, Rosanna. “Direito dos Animais: A alvorada de um direito emergente”. FASP, 2011. <http://www.scribd.com/doc/115624073/Direito-dos-Animais-TCC>

REGIS, Arthur H. P.; CORNELLI, Gabriele. “Experimentação animal: panorama histórico e perspectivas”. *Revista Bioética*. N° 20, Vol. 2, 2012.

SILVEIRA, Cristiane Amaro da & CUSTÓDIO, Elizabeth Iannini. “O 'fazer o bem sem olhar a quem' e os limites da abordagem antropocêntrica na história das relações homem-animal”.

http://comciencia.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S15196542011001000007&lng=en&nrm=iso

SINGER, Peter. “Libertação Animal”. Editora Lugano, Porto Alegre.1970

A RELAÇÃO HOMEM E NATUREZA: UM OBJETO DE REFLEXÃO PARA A EDUCAÇÃO AMBIENTAL

1. ROBLEDO, Felipe Marangoni – UERJ – felipe.robledo@gmail.com
2. PLACIDO, Patrícia de Oliveira – UERJ e GEPEADS/UFRRJ -
profpatricia.placido@gmail.com

Introdução

A Revolução Científica do século XV trouxe novas impressões a respeito da relação existente entre Homem e Natureza. Se para as “comunidades primitivas”, a natureza agia como “Mãe” ao prover as benesses ou “madrasta” ao levar a catástrofes (ALMEIDA,1999), a sociedade moderna passou a enxergar a natureza como máquina que deveria ser manipulada para satisfazer as necessidades e/ou caprichos humanos. O conhecimento passou a ser dependente da fabricação ao invés da reflexão (Idem). Quanto mais se urbanizava e se industrializava mais a humanidade se distanciava da natureza, favorecendo a lógica antropocêntrica através da qual separação entre homem e natureza levou a uma série de novas configurações na relação entre estes dois elementos. Entender essa relação sob esse prisma é essencial para conceber a Educação Ambiental na sociedade em crises como a vigente.

Metodologia

Este trabalho esta baseado no materialismo histórico de Marx (1984) buscando contribuir para o entendimento da relação entre o Homem e natureza, como pertencente a um campo científico que abarque diferentes visões de mundo, configurando-se em um estudo inter/trans disciplinar que não negue, mas sim favoreça o diálogo inter-ciência (LEFF,2007) e enxergue na relação entre ser-humano e natureza uma discussão dialética na educação ambiental.

Resultados e discussões

Se para a Antiguidade e grande parte da Idade Média, o homem está inserido no todo, a partir de uma visão de conjunto, na Idade Moderna com o cientificismo o Homem passa a ser regido por leis que são criadas segundo uma lógica racional. Durante o Renascimento, a cidade adquire um caráter de civilização, e em contrapartida o campo passa a ser visto como rude, rústico e, desta forma, o urbano se sobrepõe ao rural.

Com a poluição decorrente do desenvolvimento industrial, iniciou-se na Europa, uma mudança na forma de se enxergar o campo, ou seja, a natureza. Desde a Idade Média, mas principalmente a partir da Idade Moderna, inicia-se a ideia de “fim de semana no campo” (THOMAS,1988). A medida que configura-se a dominação do homem sobre a natureza, configura-se também a dominação do homem sobre outros homens. Entender essa relação dialética, a partir da Educação Ambiental alinhada a uma visão crítica que abarca a indissociabilidade na relação do homem com a natureza, ganha um contorno mais claro no que toca a um enfrentamento aos paradigmas hegemônicos da sociedade capitalista atual em crise.

Considerações finais

Segundo Mangabeira Unger (1991) a crise ambiental atual, se configura por uma crise de visão de mundo, de civilização, identificado no que concerne a questão ambiental como o questionamento a visão moderna de que o “ser humano é tão mais humano quanto mais ele domina a natureza e os outros homens, tão mais homens quanto mais ele consegue estender o seu controle sobre todos os níveis e todos os planos de existência” (p.53). Desta forma é fundamental que se busque na relação entre o Homem e a natureza elementos que caracterizem estratégias de dominação e utilização de recursos naturais segundo múltiplas determinações.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, Angela Mendes de. Campo e cidade como imagens, UFRRJ, CPDA, Rio de Janeiro, 1999, pp 1-41.

LEFF, Enrique. Cap. 1. Sobre a articulação das ciências na relação natureza-sociedade. In: Epistemologia Ambiental. São Paulo: Cortez Editora, 2002, pp.21-58.

MARX, Karl e ENGLES, Friederich. A ideologia Alemã. São Paulo: Ed. Moraes, 1984

UNGER, Nancy Mangabeira. Ecologia e espiritualidade: o Re-encantamento do Mundo. In: O Encantamento do Humano: Ecologia e espiritualidade. Edições Loyola, 1991. pp 53-61.

THOMAS, Keith. O dilema humano IN: *O homem e o mundo natural: mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais, 1500-1800*. São Paulo: Companhia das Letras, cap. VI, 1988.

PARTICIPAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL EM COMUNIDADES URBANAS LÍMITROFES À ÁREAS DE PRESERVAÇÃO AMBIENTAL.

Voto, Gabriel Neira¹ Vilaseca, Eva Corominas² Besser, Anna Gabriela Barros³

1- Universidade Federal do Rio de Janeiro – Instituto de Biologia – gabrielvoto@gmail.com; 2- Universidade de Barcelona – Instituto de Biologia – evavilasecacorominas@gmail.com; 3- Universidade Veiga de Almeida – Instituto de Marketing – gabibesser@gmail.com

1. Introdução

O Movimento Preserva Laboriaux é um processo participativo de abordagem *bottom-up*, que visa a integração da comunidade da Vila Laboriaux, Favela da Rocinha (RJ) com o Parque Nacional da Tijuca, mediante o empoderamento e a transformação socioambiental da mesma. Paralelamente, está se gerando um projeto piloto que possa ser replicado em comunidades carentes limítrofes a áreas de preservação ambiental visando integração e equilíbrio harmônico a longo prazo entre as duas interfaces. O projeto responde aos objetivos do Plano de Manejo do PNT (Parque Nacional da Tijuca, 2005), e ao Plano Estratégico 2013-2016 da Prefeitura do Rio de Janeiro (Rio Perfeitura, 2012), de trabalhar na mitigação dos impactos das aglomerações urbanas aos limites do PNT.

2. Metodologia

O Movimento Preserva Laboriaux (MPL) pretende promover o Desenvolvimento Sustentável da comunidade Vila Laboriaux, através da criação e implementação de uma metodologia participativa que visa mobilizar e introduzir diferentes visões e fomentar a reflexão e a criatividade coletiva, a fim de analisar problemas e desenvolver soluções comunitárias viáveis.

O processo está dividido em 3 fases: inicia com o **Planejamento do Processo**, apresentação da proposta inicial à comunidade a partir da qual se elabora participativamente o plano definitivo do processo. A continuação segue a fase do **Diagnóstico Socioambiental**, que objetiva determinar os principais pontos fortes e fracos da comunidade em base as percepções dos moradores. Finaliza com a fase do **Plano de Ação Comunitário**, momento de construção de ações concretas que serão definidas coletivamente a partir dos resultados do diagnóstico. Do processo obtemos dois documentos, o Diagnóstico Socioambiental (DAS) e o Plano de Ação Comunitário de Desenvolvimento Sustentável (PADS). Todo este caminho continua com a implementação das ações definidas, tornando-se um processo contínuo, estruturante, sustentável e transformador. Em cada uma de estas fases trabalhamos mediante quatro linhas metodológicas paralelas e interconectadas: **Comunicação**, estratégias que procuram implicar aos moradores, manter vivo o processo e gerar visibilidade; **Redes**, para identificar e mobilizar a estrutura social dos atuais e potenciais participantes, assim como gerar parcerias que potenciem o projeto mediante a cooperação; **Ações Transformadoras**, intervenções pontuais, visuais, práticas e participativas que visam catalisar o

processo para que este alcance o seus objetivos de transformação socioambiental e empoderamento comunitário; **Dinâmicas Participativas**, ferramentas de participação, que objetivam a construção coletiva do Plano de Ação Comunitário de Desenvolvimento Sustentável (PADS).

3. Resultados e Discussão

Desde o início da atuação, em 2012, houve expressivos avanços qualitativos e quantitativos na construção participativa do projeto. Percebe-se a evolução do senso de coesão comunitária, cada vez mais concreta e abrangente, e torna-se mais visível também um grau de consciência ambiental paulatinamente mais holístico. A continuação, alguns resultados quantitativos: 160 Questionários socioambientais, 10 reuniões comunitárias, 8 Ações Transformadoras, 6 Dinâmicas Participativas, mais de 20 parcerias. Reativação da Associação de Moradores, 500 moradores participantes.

4. Considerações Parciais

A manutenção das parcas condições sócio ambientais das comunidades vicinais ao PNT representa um fator de risco ambiental por variados fatores de impacto ambiental negativo, sejam eles: supressão vegetal, modificação do uso do solo, práticas não sustentáveis e falta de consciência ecológica, principalmente no tocante a disposição dos resíduos sólidos e efluentes domésticos (SANTOS, 1965). Nesse sentido percebe-se a necessidade premente de uma gestão ampla e integrativa do PNT em relação ao quesito interface com as comunidades limítrofes. Até o momento consideramos um êxito o grau de aceitação e participação da comunidade em relação ao MPL, outorgamos isto à metodologia e ao fato de responder as demandas locais. Consideramos a participação como ferramenta fundamental para a transformação socioambiental da comunidade e acreditamos na educação ambiental que trabalha mediante a ação coletiva, possibilitando reconhecer o saber construído (FREIRE, 2003). Buscamos o desenvolvimento de uma metodologia de inovação, onde se tenta abarcar o potencial local ao invés de isolar, e empoderar os moradores ao invés de marginalizar, para realizarmos coletivamente o inédito viável (FREIRE, 1992).

Referências Bibliográficas

RIO PERFEITURA (2012) Plano Estratégico da Prefeitura do Rio de Janeiro 2013 – 2016.

PARQUE NACIONAL DA TIJUCA (2005). Plano de Manejo do Parque Nacional da Tijuca – Encarte 4: Planejamento da Unidade de Conservação. Rio de Janeiro.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da esperança: um reencontro com a Pedagogia do oprimido, 4ª. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. 36. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

SANTOS, Milton. A cidade nos países subdesenvolvidos. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira S.A., 1965.

A TRAJETÓRIA DA EDUCAÇÃO DO CAMPO NO ESPÍRITO SANTO E DA AGROECOLOGIA COMO BASE PARA PRESERVAÇÃO DOS BIOMAS E FORMAÇÃO DE EDUCADORES AMBIENTAIS.

Helder Sarmiento Ferreira , GEPEADES UFRRJ/ Nova Iguaçu

Resumo

A política pública delinea o desenvolvimento e a educação do campo é uma aliado na formação de cidadãos conscientes na preservação ambiental e na sustentabilidade dos biomas, o presente trabalho visa estabelecer uma relação da trajetória da agroecologia com o projeto de educação do campo Capixaba.

Palavras-chave: Políticas públicas, biomas e educação do campo

Introdução

O estudo deste trabalho tem como referência a cronologia do uso dos recursos naturais no Espírito Santo e da educação do campo, desde a revolução agrícola. A trajetória brasileira do uso da terra foi pautada em uma estrutura fundiária que caracteriza-se por uma relação concentradora de terras, de poder e de políticas públicas inadequadas ao seu acesso. Afim de compreendermos esta temática analisamos os movimentos do campo e sua relação com o projeto de educação do campo na luta da cidadania frente a destruição do meio ambiente e da ameaça da destruição dos biomas e da territorialidade compreendendo as suas dinâmicas no qual o agronegócio atua e sua influência na determinação dos seus espaços territoriais e os conflitos gerados tanto na exploração dos biomas e da exclusão de políticas públicas.

A agroecologia uma aliada do projeto de educação do campo

O Espírito Santo possui quase 90% de seu território composto por Mata Atlântica com o estabelecimento dos primeiros vilarejos deu o início da derrubada das matas para iniciar a agricultura e retirada da madeira de lei, a cultura canavieira era concentrada no sul do estado enquanto o norte e a região serrana não foi dada a sua exploração compondo uma grande cobertura vegetal com a exploração cafeeira no Vale do Paraíba o Café veio a substituir a cana de açúcar o que dinamizou a ocupação do território capixaba dado o processo de colonização por imigrantes italianos e alemães. Com a proposta de reverter este quadro, surge um novo projeto político pedagógico de educação do campo, neste

contexto o CEIER (Centro Estadual Integrado de Educação Rural) possui uma formação voltada para as práticas Agroecológicas. Dentre as principais metodologias trabalhadas em prol da agroecologia está na implementação de um projeto político pedagógico delineado em temas gerados a serem trabalhados de forma interdisciplinar que são: agrofloresta, questão agrária, solos e água no qual o educando(a) desenvolve atividades teóricas e práticas

Considerações finais

Devido a descentralização das políticas pública no Espírito Santo e com adoção de práticas inovadoras, como a criação dos CEIER's, foi proporcionado uma participação de forma desafiadora dos CEIER's na adoção de práticas agroecológicas na convergência de técnicas e estudos tanto na formação dos educando como em ações práticas na preservação dos Biomas no Norte capixaba juntamente com as instituições públicas de assistência técnica, neste sentido estamos dando um salto do rural do atraso para o rural das possibilidades.

Bibliografia

Projeto político pedagógico da educação do campo/ organizadores Rogério Drago, Maria Hermínia Baião Passamai, Gilda Cardoso de Araujo: colaboradores, Paulo da Silva Rodrigues, Marcelo Lima – Vitória, ES: Ufes, Programa de Pós Graduação em Educação, 2010.

ALTIERI, M. A. **Agroecologia**: as bases científicas da agricultura alternativa. Rio de Janeiro: PTA/FASE, 1989.

CAPORAL, F. R; COSTABEBER, J. A. Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável. Perspectivas para uma nova Extensão Rural. IN: Etges, Virgínia Elisabeta

O VEGETARIANISMO E O VEGANISMO: CONHECIMENTOS E PRÁTICAS AMBIENTAIS

Ugo Teixeira Werneck Vianna¹; Fernanda Brandão Cunha²

1. Professor da UNISUAM e Mestrando em Desenvolvimento Local da UNISUAM; 2. Empresária do ramo da saúde e fitness, Tacolândia e administradora de empresa pela Universidade Santa Úrsula/RJ

Introdução

Hoje os vegetarianos compõem uma nação de aproximadamente 600 milhões de pessoas no mundo, isso é mais do que os EUA, Canadá, França, Inglaterra, Espanha, Itália, Alemanha, Austrália e Nova Zelândia juntos, bem como equivale há quase 10% por cento da população mundial. No Brasil, o maior país pecuarista do mundo, tem aproximadamente 209 milhões de bovinos, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), cujo rebanho comercial é o maior do mundo, além de ser o segundo maior produtor de leite, de frango, segundo maior exportador de carne suína e equina. O Instituto Brasileiro de Opinião e Pesquisa (IBOPE), destaca que 15,2 milhões de comensais têm o herbivorismo e suas vertentes como escolha de dieta auto-declarada (do grego *diáita*, "modo de viver", "vida do dia-a-dia" do latim *diaeta,ae*, "comedimento no comer e no beber"), o que equivale há cerca de 8% da população. Neste sentido o objetivo do projeto que sustenta este trabalho é mitigar o absolutismo hegemônico da ditadura da carne, que se impõe rotineiramente com lascívia, ostensiva midiática do tipo que coloca um artista como garoto propaganda que repete insistentemente jargões ao consumidor para comer mais e mais carne.

Metodologia

Trata-se de um estudo que se ancora na produção do conhecimento epistemológico que analisa o vegetarianismo e o veganismo como sendo uma teoria e uma prática social. Compreende-se ambos importantes conhecimentos para serem disseminados pela escola, universidades, institutos de pesquisas, sejam com ênfase na educação ambiental escolar ou na educação popular do consumidor, uma vez que ambos processos tem a ver com a formação de cidadãos para uma sociedade sustentável. Cabe ressaltar a necessidade de se debruçar sobre o estudo das políticas sociais de médio/curto prazo concentrando esforços na pesquisa literária, de jurisdição, sobre projetos de leis não mercantilistas, apartidárias, descompromissadas com qualquer tipo de sectarismo que abarquem as áreas da saúde & sustentabilidade e que sejam estas de fácil entendimento e aplicabilidade popular.

Resultados e discussão

O parêntese anteriormente colocado na Introdução dissecou a etimologia da palavra "dieta". Isto objetiva facilitar a compreensão epistemológica do tema, por estar intrinsecamente carregado de

memória ancestral, de cultura popular, de cosmologia, do *ethos*, e ao mesmo tempo se imbuir de um sentido prático amplo de que: se biologicamente, é ponto pacífico sermos classificados pela comunidade científica (ciência oficial segundo KUHN, 2003) clássica e moderna, como onívoros, esta qualidade nos permite viver dentro da miríade de possibilidades de elementos que estes tipos de organismos podem metabolizar, não havendo detrimento de qualidade de vida, saúde e bem-estar, apenas modulando níveis hormonais, proteicos, vitamínicos, e o que fisiologicamente valha por meio do conhecimento nutricional. A pesquisa de mestrado vem focando macros e micros substâncias as quais necessitamos para a manutenção da vida em sua plenitude orgânica, sem privações nutricionais. Desta feita, tal afirmação vale tanto para qualquer espécie onívora, com suas particularidades e individualidades biológicas, inclinada a uma ou outra forma de onivorismo, isto é, onívoros que pratiquem o creofagismo (carnivorismo), herbivorismo (veganismo), ovolactovegetarianismo, crudicismo, frugivorismo, apivegetarianismo, etc. Tem sido feito o resgate de diferentes tendências e alternativas de dieta vegetarianas, que trazem como princípio ou *ethos*, o respeito à natureza senciente (e consciente, tal qual *Declaração de Cambridge* assinada sobre a consciência em animais humanos e não humanos) dos animais que foram sempre utilizados para nos servir em estado de coisificação, apenas como semoventes autômatos, tal como preconiza o antropocentrismo e o *especismo*.

Conclusão

A preocupação em manter uma correta articulação entre trinômio homem-natureza-sociedade, bem como uma alimentação balanceada e melhor adaptada ao mamífero homínide que somos, é a quintessência deste projeto, sua real motivação defronte da relevância destas matérias que urgem sob os aspectos metafísicos, bem como pragmáticos e norteiam-se não só nas questões de ambientalistas sem prática crítica, objetivando bem mais do que a promoção ao empoderamento por meio das políticas públicas, mas que incentivem e mostrem o vegetarianismo como sendo uma opção de vida.

Referências Bibliográficas

- BOFF, Leonardo. *Saber Cuidar: Ética do Humano, Compaixão pela Terra*. Petrópolis/RJ: Vozes, 1999.
- KUHN, Thomas S. A. *Estrutura das Revoluções Científicas*. 7 ed. São Paulo: Perspectiva, 2003.
- REGIS LIMA, João Epifânio. Vivissecação: mal necessário? *Revista Filosofia*. n. 29. São Paulo: Editora Escala, 2011. Disponível em:
<http://conhecimentopratico.uol.com.br/filosofia/ideologia-sabedoria/29/artigo213824-1.asp>. Acesso em 17/05/2013.
- SILVA, C. L. *Políticas Públicas e desenvolvimento local: instrumentos e proposições de análise para o Brasil*. 1 ed. Petrópolis: Vozes, 2012, v. 1, p. 15-38.
- SINGER, Peter. *Libertação Animal*. 1 ed. Porto Alegre: Lugano, 2004.

O PIBID BIOLOGIA (EDITAL 2011) COMO PROMOTOR DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM ESCOLAS DE SEROPÉDICA (RJ)

Ícaro de Moraes Monteiro¹; Cristiane da Silva Alves²

1.Licenciado em Ciências Biológicas,UFRRJ, Instituto de Biologia.
(icaro.ufrrj@gmail.com); 2.Licencianda em Ciências Biológicas, UFRRJ, Instituto de
Biologia.

Introdução

A Educação Ambiental é proposta nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) como um Tema Transversal, isto é, deve permear todas as disciplinas do currículo da Educação Básica (BRASIL, 1998). Porém, os professores comumente não têm tempo hábil para desenvolver atividades de Educação Ambiental além do currículo das disciplinas, de forma que muitas vezes os bolsistas do PIBID – Biologia (edital 2011) desenvolveram várias atividades no sentido de suprir essa carência. Este trabalho objetiva discorrer sobre o papel do PIBID como promotor dessas ações.

Metodologia

As atividades, na forma de oficinas, palestras, mostras, vídeos e textos, foram desenvolvidas desde julho de 2011, em duas escolas públicas de Seropédica, a Escola Municipal Pastor Gerson Ferreira da Costa e a Escola Municipal Gilson Silva, com turmas do Ensino Fundamental II (6º ao 9º anos). Inicialmente era feita uma pesquisa sobre cada tema a fim de selecionar a melhor metodologia, e também para produzir algum texto de apoio para acompanhar a atividade. Todas as ações foram fotografadas e documentadas em relatórios encaminhados periodicamente à Capes. Os materiais utilizados eram sempre de baixo custo e de fácil montagem, muitas vezes reaproveitados a partir de materiais que iriam para o lixo. Entre as atividades destacamos: (i) exibição e debate sobre o vídeo “Carta Escrita em 2070”, alertando para o uso responsável da água; (ii) Oficina “Vaso Ecológico Anti-dengue”, ensinando a reaproveitar garrafas PET; (iii) Oficina “Porta-treco reciclado”, feito a partir de caixas de leite; entre outras.

Resultados e discussões

Embora seja um Tema Transversal, tradicionalmente é nas aulas de Ciências que se tem maior oportunidade de abordar esse assunto, em virtude do próprio conteúdo dessa

disciplina e também devido à formação inicial dos professores que atuam nas turmas do 6º ano em diante, quase sempre biólogos. Apesar disso, nem sempre esses professores têm tempo e espaço para preparar e realizar atividades além dos conteúdos sobre esse assunto. Dessa forma, os estudantes bolsistas do PIBID muitas vezes foram solicitados pelo professor e/ou pela coordenação das escolas a organizar atividades que buscavam promover e debater a Educação Ambiental com os alunos. Entendemos que a presença do PIBID (e de outros programas semelhantes, como o PET ou de bolsistas de extensão) atuando nas escolas representa um grande auxílio aos professores e principalmente aos alunos, que do contrário teriam ainda menos contato com essa temática na escola. Além disso, os professores de outras matérias muitas vezes não possuem formação inicial e/ou continuada que lhes permitam incluir satisfatoriamente a Educação Ambiental dentro do conteúdo de suas disciplinas. O PIBID então tem atuado como um agente promotor dessa temática. Através do comportamento e da participação dos alunos durante as atividades, bem como pelo relato de professores e coordenadores, consideramos que as ações do PIBID tem sido muito bem recebidas e gerado bons resultados no sentido de promover a Educação Ambiental nas escolas atendidas.

Considerações finais

Embora o Ministério da Educação cobre a Educação Ambiental como tema transversal nos PCN, a formação inicial dos professores da maioria das disciplinas ainda deixa a desejar nesse assunto, e o mesmo pode ser dito para políticas mais amplas de formação continuada de professores já em atividade. O PIBID tem atuando no sentido de tentar preencher essa lacuna, porém está longe de ser uma solução definitiva. Mesmo assim, desempenha um papel muito importante na promoção da Educação Ambiental nas escolas de Educação Básica onde tem atuado.

Referências bibliográficas

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais**. Brasília, DF: MEC/SEF, 1998.

OCUPAÇÃO VERDE: UM ESPAÇO DIDÁTICO VIVO

Julian Willmer¹; Fernanda Tubenchlak¹; Cássia Monica Sakuragui²

1. UFRJ, Departamento de Ecologia, Instituto de Biologia; 2. UFRJ, Departamento de Botânica, Instituto de Biologia

Introdução

As universidades, que concentram grande parte do conhecimento, se apresentam praticamente isoladas do resto da sociedade. Tal realidade se destaca ainda mais quando observamos a formação dos futuros professores de maneira dissociada da prática docente, somente durante os últimos períodos de formação universitária, o licenciando terá, de fato, contato com a escola, suas demandas e especificidades próprias do contexto em que se insere.

Se contrapondo a essa realidade, partindo do princípio que a universidade não consiste em ser somente uma instituição de pesquisa ou ensino superior, mas também deve divulgar o conhecimento gerado para a comunidade em geral, apoiando a extensão e o ensino (BUARQUE, 1994) por meio de programas como o PIBEX e PIBID respectivamente. O seguinte trabalho buscou integrar os projetos de extensão do Instituto de Biologia da UFRJ, o PIBID, assim como os demais alunos do instituto, de forma a concretizar ações que consolidem a universidade como um espaço de ensino e extensão e promover então, ações de ensino de biologia e educação ambiental.

No campus universitário da Ilha do Fundão, encontra-se a Ocupação Verde do projeto CAPIM LIMÃO. O espaço funciona como campo experimental de recuperação de áreas degradadas com base no manejo agroecológico. Com seis anos de existência, a área apresenta evidentes resultados de reabilitação ecológica, sendo utilizada para o desenvolvimento pesquisas e trabalhos de extensão universitária.

Materiais e Métodos

Entendendo a relevância do espaço, o projeto “Rede de trocas:”. Com o objetivo de aproximar a universidade com o ensino superior e o ensino básico através da extensão, integrando diversos projetos na universidade, realizou atividades na área envolvendo diversos públicos de diferentes níveis de formação e faixas etárias.

Foram realizadas aulas praticas para a disciplina de Vegetais Superiores além de uma pesquisa com os alunos do IB com o intuito de descobrir como o espaço poderia ser aproveitado por outras disciplinas e intervenções possíveis. Além de questionários com o intuito de obter um feedback das atividades por parte dos alunos e demais envolvidos

para melhorar a área enquanto espaço didático. Também com esse objetivo realizamos o levantamento florístico da área com o apoio do laboratório de taxonomia e evolução vegetal.

Em parceria com os licenciandos participantes do PIBID desenvolvemos aulas práticas para trazer as turmas com que eles trabalhavam para a “Ocupação Verde”

Também trouxemos os alunos do PIBID para a “II Semana de Agroecologia” de forma a apresentar conteúdos relativos ao evento, os alunos puderam ouvir as experiências de agricultores e realizar atividades de planejamento e plantio na área.

Resultados

Ao final do ano de 2012 tivemos um panorama muito positivo da Ocupação Verde enquanto espaço didático (93,3% de aprovação pelos alunos do IB) assim como uma aprovação total dos alunos do PIBID (Todos avaliaram com nota máxima a atividade). Tivemos também como resultado ao final das atividades uma quantidade razoável de materiais didáticos, como pranchas, placas, além de dinâmicas e planos de aula no campo da biologia e das ciências da natureza a fim de tornar o espaço ainda mais didático.

Discussão

Consideramos como atingidas as nossas metas de estabelecer diálogos com disciplinas do instituto, outros projetos de extensão do IB, além do PIBID, colocando a área em um ponto chave de convergência entre pesquisa ensino e extensão. Trazendo o público desses projetos para atividades na “ocupação verde”, assim como promover o ensino da biologia e a educação ambiental para crianças e adolescentes do ensino público do Rio de Janeiro e poder contribuir com o dever socio-ambiental da universidade.

Esperamos que iniciativas como essa, se tornem mais frequentes. Uma vez que a universidade está em um ponto central para o desenvolvimento socio-econômico do país, é um bem comum de toda a população não deve se limitar àqueles que passam em vestibulares e outros concursos.

Referências

BUARQUE, CRISTOVAM. **Aventura da universidade**, São Paulo Ed. UNESP, Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra. 1994. 239p.

EDUCAÇÃO AMBIENTAL COMO PARÂMETRO PARA A SUSTENTABILIDADE EM AGLOMERAÇÕES E ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS

Julio Candido de Meirelles Junior

Universidade Federal Fluminense – Departamento de Contabilidade – Instituto de Ciências
Humanas e Sociais – profjemjr@hotmail.com

Introdução

O compromisso em prol de um desenvolvimento, com um futuro econômico e social ambientalmente sustentável para o planeta e para as gerações presentes e futuras, é uma responsabilidade social. Esta pesquisa tem como hipótese que as aglomerações e arranjos produtivos podem ser trabalhados como forma de desenvolvimento sustentável, através de uma administração envolvendo a educação ambiental, de maneira a continuar a atender as necessidades do presente, sem comprometer as demandas das gerações futuras, visando promover a harmonia entre os seres humanos, a humanidade e a natureza. A sociedade sinaliza a necessidade de mudanças no padrão tecnológico atual em direção a padrões que agridem menos ao meio ambiente, caminhando na direção de um novo paradigma com uma consciência social direcionada para a conservação e com políticas públicas adequadas. Com uma governança que integre os atores e facilite a interação entre eles de forma que o comportamento direcionado para a sustentabilidade seja difundido entre os indivíduos e o coletivo

Metodologia

Esta pesquisa é aplicada, qualitativa, quantitativa, exploratória, descritiva, bibliográfica, documental, levantamento e estudo de caso.

Resultados

De acordo com o Relatório Brundtland de 1987, ficou evidenciado que desenvolvimento sustentável é aquele que atende as necessidades do presente, sem comprometer as demandas das gerações futuras, visando promover a harmonia entre os seres humanos e entre a humanidade e a natureza. Nesta linha de raciocínio em contraposição ao desenvolvimento econômico que promoveu desigualdades e deterioração do meio ambiente nasce à ideia do desenvolvimento sustentável. Diante deste contexto e com a necessidade de preservação dos recursos naturais do planeta e da própria manutenção da vida, fica evidente a necessidade de se buscar novos meios e organizações para que se possa manter o equilíbrio ecológico. É preciso que alcançar o desenvolvimento sustentável, com conservação, proteção e uso sustentável dos recursos naturais, como forma de proteção à vida humana e conseqüente manutenção do planeta

de forma profissional, como a mesma força que se verifica na administração empresarial.

A administração do planeta é necessária em todos os sentidos e deve ser apoiada por todos, de forma responsável, com uma educação ambiental pautada em novos modelos de desenvolvimento urbano, regional, rural ou local, compatíveis com os critérios de sustentabilidade. Manifesta-se claramente que o centro de desenvolvimento sustentável não é a natureza em si mesma, e sim o ser humano e sua relação e integração com ela.

Discussão

O estudo tem permitido o entendimento de que os arranjos podem ser um mecanismo útil de promoção do desenvolvimento nacional de forma sustentável a partir de uma governança bem trabalhada, envolvendo as questões de administração e sustentabilidade, com a integração dos diversos atores em tela, consubstancializado pela sinergia das esferas: Municipal, Estadual e Federal, relacionados à criação de leis, normas fiscais e incentivos ao investimento que favoreçam as empresas nessas economias, pois são fenômenos percebidos com dificuldades de evoluir de forma independente, necessitando de apoio de instituições em seus diversos níveis. Estes aspectos estão arrolados com uma governança eficaz que permite o desenvolvimento ancorado em práticas socioambientais coerentes e abrangentes e no cumprimento da legislação ambiental e no envolvimento com o Estado de forma a se estabelecer políticas públicas que direcionem para o crescimento aliado à sustentabilidade. A pesquisa esclarece que a sinergia é primordial no desenvolvimento socioambiental. Para se consolidar aspectos de desenvolvimento sustentável é necessária uma educação ambiental consolidada e fundamentada para maximizar o conhecimento e a divulgação entre os atores em suas redes de inter-relações, intensificando a troca de informações internas e com seus fornecedores e clientes para acelerarem a aprendizagem coletiva, levando a organização à cooperação e a procura de estratégias comuns de sobrevivência, desenvolvimento sustentável, produção e de mercado, que são condições para evolução do arranjo e para a geração de inovações.

Referências Bibliográficas

ABDALLA, José Jorge A. FEICHAS Susana A. Q. Atuação ambiental em distritos industriais: o caso do distrito industrial fazenda botafogo (RJ). In; Pequenas empresas, arranjos produtivos locais e sustentabilidade. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

MINISTÉRIO CIÊNCIA E TECNOLOGIA. Políticas de desenvolvimento APL no Brasil. Disponível em < <http://www.mct.gov.br/index.php>> acesso em 15/06/2012.

RELATÓRIO BRUNDTLAND 1987. Disponível em:

< http://www.tiosam.org/~Relat%C3%B3rio_Brundtland/>. Acesso em: maio 2012

POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL DESENVOLVIDAS NO ÂMBITO DA REDE ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DO RIO DE JANEIRO

Jussara Greenhalgh M. David¹; Deise Keller Cavalcante¹; Elaine Costa Silva¹

Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro/ Coordenação de Educação
Ambiental e Saúde¹

Introdução

Este resumo tem a finalidade de relatar o trabalho realizado pela Coordenação de Educação Ambiental e Saúde da Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro (CEAS - SEEDUC/RJ) na contextualização das Políticas Públicas de Educação Ambiental nas práticas pedagógicas das escolas da Rede Estadual de Ensino do Rio de Janeiro, por meio do Programa Coleta Seletiva Solidária (PCSS) e do Programa Vamos Cuidar do Brasil com Escolas Sustentáveis. O Programa Coleta Seletiva Solidária atende ao Decreto Estadual nº 40.645/2007 que institui a separação dos resíduos sólidos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da administração pública estadual, direta e indireta, na fonte geradora, e a sua destinação as cooperativas de catadores de materiais recicláveis. O Programa, no eixo escolas estaduais trabalha em parceria com a SEEDUC na implantação da coleta seletiva solidária nas unidades escolares da rede estadual. Através da metodologia do Programa, toda a comunidade escolar é envolvida em um projeto único e participativo, onde o trabalho coletivo é determinante para a concretização dos resultados. Dessa forma, unidades escolares da rede ao concretizarem seus projetos de coleta seletiva solidária e tomarem conhecimento da proposta das escolas sustentáveis, reconhecem o programa como uma forma de trabalhar um projeto de ação em direção à criação de um espaço educador sustentável.

Durante o processo de realização da IV Conferência Nacional Infanto-juvenil pelo Meio Ambiente (IV CNIJMA), com o tema central Vamos Cuidar do Brasil com Escolas Sustentáveis, unidades escolares estaduais elencaram seus projetos de Coleta Seletiva Solidária e projetos decorrentes do desdobramento desses, como projetos representativos de suas unidades para a IV CNIJMA. A proposta lançada pelo Ministério da Educação (MEC), com o documento “Manual Escolas Sustentáveis” através da Resolução CD/FNDE nº 18, de 21 de maio de 2013, que orienta a criação de espaços educadores sustentáveis, considera três dimensões inter-relacionadas necessárias para a transição da sustentabilidade nas escolas: currículo, gestão e espaço físico.

Metodologia

O eixo escola do PCSS atendeu no ano de 2013, 18 escolas estaduais do município de Magé e 16 de Resende através do curso para implantação da Coleta Seletiva Solidária (CSS) nas escolas estaduais e de forma direta apresentando a proposta nos espaços escolares. O curso contemplou aulas teóricas, aplicação da metodologia na Unidade Escolar, com diagnóstico e planejamento, a inauguração da coleta na unidade. Durante o mesmo período, a equipe da CEAS/SEEDUC, realizou 14 (quatorze) oficinas preparatórias para a IV CNIJMA nas 14 (quatorze) Diretorias Regionais Pedagógicas, orientando 1311 escolas sobre a IV CNIJMA e sobre o Programa Vamos Cuidar do Brasil com Escolas Sustentáveis.

Resultados e discussões

Como resultados dessas ações, 70,58% das escolas estaduais implantaram seus projetos de CSS, ou seja, dezessete (17) unidades do município de Magé e sete (7) unidades do município de Resende. Do município de Magé, três (3) unidades participantes do curso do PCSS e das oficinas preparatórias para IV CNIJMA, enviaram esses projetos, como propostas para escolas sustentáveis, envolvendo diretamente 3.595 integrantes dessas unidades escolares, entre estudantes, docentes, funcionários e gestores.

Considerações finais

Como conclusão, podemos verificar que os Programas contribuem entre si na concretização de seus objetivos e que ações conjuntas realizadas propiciam a iniciativa na criação de espaços educadores sustentáveis e o conhecimento das políticas públicas nesse sentido.

Referências bibliográficas

BRASIL, Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão, Diretoria de Políticas de Educação em Direitos Humanos e Cidadania. Coordenação Geral de Educação Ambiental: Manual Escolas Sustentáveis. Resolução CD/FNDE nº 18, de 21 de maio de 2012.

RIO DE JANEIRO (Estado). Decreto nº 40.645, de 8 de março de 2007.

INEA, Instituto Estadual do Ambiente. Manual de Implantação da Coleta Seletiva Solidária em escolas do Estado do Rio de Janeiro/Inea: Rio de Janeiro: INEA, 2012.

ANÁLISE DA PRÁTICA DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA ÁREA RURAL DE RESENDE: ESTUDO DOS CASOS DAS ESCOLAS MUNICIPAIS HETELVINA CARNEIRO E MOACIR COELHO DA SILVEIRA.

Krishna Govinda Simpson e Silva¹; Ana Maria Dantas Soares²

1. Secretaria Municipal de Educação de Resende/RJ, e-mail: agrosimpson@yahoo.com;

2. Departamento de Teoria e Planejamento de Ensino, Instituto de Educação, UFRRJ, e-mail: adantas@ufrj.br.

INTRODUÇÃO

Atualmente, muito se fala em Educação Ambiental (EA) nos mais diversos meios de nossa sociedade, sejam educacionais, culturais, políticos, midiáticos, comerciais ou industriais. Os conceitos de EA são muitos, e por muito tempo vêm se confundindo com uma educação baseada no modelo de visão naturalista da natureza. Como argumenta Carvalho (2011), a visão de um meio ambiente que evoca as ideias de “natureza”, “vida biológica”, “vida selvagem”, “flora e fauna”. E ainda, segundo a mesma autora, essa visão naturalizada tende a ver a natureza como o mundo da ordem biológica, essencialmente boa, pacificada, equilibrada, estável em suas interações ecossistêmicas, o qual segue vivendo como autônomo e independente da interação com o mundo cultural humano. O presente trabalho buscou realizar essa análise da prática da educação ambiental em duas escolas de área rural de Resende, sendo estas a Escola Municipal Hetelvina Carneiro, localizada no distrito de Serrinha do Alambari, e a Escola Municipal Moacir Coelho da Silveira, localizada no distrito de Pedra Selada. Foi realizado no período de agosto de 2011 a julho de 2013, e resultou em trabalho de Dissertação de Mestrado.

METODOLOGIA

Utilizaram-se, para a pesquisa de campo, questionários semiestruturados, aplicados para a direção, os professores e os alunos de cada unidade escolar, bem como a avaliação dos Projetos Políticos Pedagógicos (PPPs) das escolas. De acordo com Fazenda (2010), o processo de análise dos dados qualitativos é extremamente complexo, envolvendo procedimentos e decisões que não se limitam a um conjunto de regras a serem seguidas. Para o estudo dos PPPs em questão, procurou-se observar os detalhes da proposta, sempre considerando os contextos locais e culturais em que as escolas estudadas

estavam inseridas. Essa questão é de grande importância, pois permite o aprofundamento da associação e dissociação de ideias e conceitos identificados, respeitando as especificidades e o histórico das unidades escolares.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise dos resultados permitiu perceber que a temática da Educação Ambiental (EA) já ocorre nas unidades estudadas, com dedicação e esforço por parte dos profissionais envolvidos, mesmo ainda ocorrendo pequenos equívocos de conceituação de terminologias ambientais, por parte de alguns professores e da maioria dos alunos. Percebe-se, também, a importância de um amadurecimento na questão dentro do contexto escolar, bem como maior de tempo de planejamento dos profissionais de educação, ainda que para troca informações sobre o assunto. As discussões, as capacitações e os momentos para planejar aulas e atividades são fundamentais para uma melhor execução do trabalho. Percebe-se que o tempo para troca de ideias, planejamento e ações ainda é muito curto, e os professores precisam desse tempo, com momentos para discussões aprofundadas, fazendo valer o que consta nos PPPs das duas escolas: a EA como temática fundamental da vida escolar. Um pouco da missão dos educadores é elevar o interesse no tema, apontado aqui, muitas vezes, como apenas mediano. Evidentemente, isso exige paciência e perseverança, e o momento que se vive na sociedade é altamente favorável a questionamentos que levem às reflexões dos discentes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A EA é, como foi apontada nas considerações finais, uma temática extremamente dinâmica, que necessita acompanhamento constante nas mudanças da sociedade em geral. Lembrando que a Lei 9.795/99 identifica a EA como um processo, ou seja, uma vez iniciado prossegue indefinidamente por toda a vida, aprimorando-se e incorporando novos significados sociais e científicos (Brasil, 2007). Ficam algumas recomendações pedagógicas, didáticas e para os alunos, visando à construção cada vez mais amadurecida das ideias e de todas as ações necessárias a serem praticadas por todos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação Geral de Educação Ambiental. **Proposta de diretrizes curriculares nacionais para a educação ambiental**. Brasília: MEC, 2007.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. **Educação ambiental: a formação do sujeito ecológico**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

FAZENDA, Ivani. **Metodologia da pesquisa educacional**. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

IMPLANTAÇÃO DE FUNDAMENTOS DE TÉCNICAS AGRÍCOLAS COMO DISCIPLINA NO ENSINO FUNDAMENTAL DE ESCOLAS RURAIS DE RESENDE: ESTUDO DO CASO DA ESCOLA MUNICIPAL HETELVINA CARNEIRO.

Krishna Govinda Simpson e Silva¹; Ana Maria Dantas Soares²

1. *Secretaria Municipal de Educação de Resende/RJ, e-mail: agrosimpson@yahoo.com*; 2. *Departamento de Teoria e Planejamento de Ensino, Instituto de Educação, UFRRJ, e-mail: adantas@ufrj.br*.

INTRODUÇÃO

O Distrito de Pedra Selada, em Resende/RJ, é predominantemente rural, com a presença de diversas fazendas e sítios nos quais a pecuária leiteira tem sido historicamente a principal atividade agrícola, além de também existirem apiários, tanques de piscicultura, hortas caseiras, canaviais, áreas de mata secundária e, mais recentemente, bovinocultura de corte. Na região há diversos mananciais e rios, a maioria afluente do Rio Paraíba do Sul. Haja vista que muitos dos alunos que estudam nas escolas dessa região são filhos de produtores rurais, ou de empregados de produtores rurais, tem-se planejado, na Secretaria Municipal de Educação de Resende, via CREAM (Centro de Referência de Educação Ambiental de Resende), a implantação da disciplina curricular Fundamentos de Técnicas Agrícolas (FTA) do 6º ao 9º ano, visando estimular a fixação do jovem no campo e um melhor entendimento das características e potencialidades do meio no qual ele encontra-se inserido. Esse estudo também será um fator de união das comunidades localizadas no entorno do Distrito de Pedra Selada, uma vez que abordará a troca de experiências entre os alunos, oportunizará visitas entre os locais e valorizará o viver no e do campo. Observa-se, como importante respaldo para este projeto, na LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), em seu Artigo 28, que diz que “Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região”.

METODOLOGIA

A disciplina será inicialmente implantada na Escola Municipal Hetelvina Carneiro, localizada no Distrito de Pedra Selada, que desde 2012 oferece, além da pré-escola e do ensino do 1º ao 5º (desde 1963), o ensino do 6º ao 9º ano. As atividades de FTA devem buscar aliar o ensino com a realidade vivida pelo aluno, os anseios familiares e as expectativas futuras. Assim sendo, pode-se considerar que este projeto objetiva compreender a questão socioambiental envolvida na prática agrícola, estudar os modelos de produção praticados ao longo dos anos pela humanidade, buscar estratégias sustentáveis de desenvolvimento rural, situar a agricultura familiar como elemento central na pesquisa e ação do campo brasileiro, apresentar as principais técnicas utilizadas na agricultura e na pecuária brasileira e mundial, ensinar o uso adequado de

ferramentas e levar o aluno a compreender as bases de um projeto de produção agropecuária. A disciplina de FTA deverá estar pautada em uma proposta interdisciplinar e transdisciplinar, envolvendo os conhecimentos trabalhados em outras disciplinas. Também estará inserida no Projeto Político Pedagógico da escola, o que fará com que as atividades possam prosseguir ao longo dos anos. A metodologia de trabalho será de aulas práticas e expositivas, seminários e exposições de leituras pelos alunos, palestras promovidas por técnicos da área de agropecuária, visitas técnicas e cursos de extensão com a possibilidade da participação de pais de alunos e da comunidade escolar em geral. Compõem-se os módulos Agricultura, Pecuária Leiteira e Agroindústria, todos esses pautados em linha de trabalho de Agroecologia. A responsabilidade das aulas poderá estar a cargo de um Engenheiro Agrônomo, Licenciado em Ciências Agrícolas, Engenheiro Agrícola ou outro profissional afim da área de agricultura e/ou agropecuária.

RESULTADOS PARCIAIS

Ao longo de dois anos (2012 e 2013) funcionando como oficina curricular, os Fundamentos de Técnicas Agrícolas puderam oferecer diversas reflexões para o melhor entendimento de como realizar sua implantação definitiva como disciplina curricular. Nesses anos, as turmas que participaram da oficina eram compostas por alunos de grupos de interesse, com diversas atividades práticas tendo sido realizadas. As aulas, que ocorriam um dia por semana, na parte da tarde, também procuravam unir a teoria com os conhecimentos trazidos por alunos que tinham constante contato com a realidade das demandas de trabalho no campo. Como disciplina definitiva, espera-se que FTA possa abranger um número maior de alunos e ter um alcance na vida prática de alunos e comunidade escolar.

CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

É importante frisar que a presente proposta é flexível, podendo sofrer alterações ao longo do processo, com isto procurando adaptar-se às necessidades que forem surgindo. Será imprescindível a participação efetiva da comunidade escolar na busca dos melhores resultados de aprendizagem.

Acredita-se que ocorrerá um ganho qualitativo na Educação no Campo de Resende, o que poderá ser avaliado em médio e longo prazo e que levará ainda mais qualidade de vida à população rural.

REFERÊNCIAS

LÓPEZ, Amazile. **Agricultura de montanha: uma prioridade latente na agenda da pesquisa brasileira**. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2011.

LUZ, Valdemar Pereira da. **Técnicas agrícolas para o ensino fundamental: 5ª e 6ª séries**. 2.ed. Porto Alegre: Sagra, 1980.

LUZ, Valdemar Pereira da. **Técnicas agrícolas para o ensino fundamental: 7ª e 8ª séries**. 2.ed. Porto Alegre: Sagra, 1980.

NAGAE, Nairobis. **LDB: Lei de diretrizes e bases da educação nacional**. 4. ed. Brasília: 3 Graph, 1997.

ADUBAÇÃO VERDE E BANCO DE SEMENTES: ADUBO ALTERNATIVO PARA AGRICULTOR FAMILIAR DO MUNICÍPIO DE SEROPÉDICA E ARREDORES - RJ

1- Lucas Alves Jural; Isabelle Sá e Silva Rangel; Thais Monteiro de Souza; 3- Sandra Barros Sanchez

1 e 2. Alunos do Colégio Técnico da UFRRJ. Curso Técnico em Agroecologia. Email: lucasjural@hotmail.com. 3. Professora dos cursos de Agroecologia e Meio Ambiente no Colégio Técnico da UFRRJ. Email: sbsanchez2003@yahoo.com.br

Introdução

O presente projeto tem como objetivo promover o plantio de diferentes espécies de adubos verdes para criação de um banco de sementes no Colégio Técnico da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CTUR), localizado em Seropédica, RJ, além de mostruário para os alunos. A importância de sua realização foi-se percebida no momento em que fizemos uma pesquisa com alunos da turma do curso de Agricultura Familiar do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) na própria instituição. A pesquisa ouviu dezenove alunos, onde 95% dos participantes informaram que sabem o que são adubos verdes; porém 100% não sabe como utilizá-los e não possuem acesso a eles. Dentre os pesquisados, 84% são agricultores familiares ou realizam alguma atividade agrícola, a partir daí observou-se que é necessário que se faça uma implantação efetiva de adubos verdes na região de Seropédica/RJ e arredores, que compreende municípios como Paracambi, Japeri e Angra dos Reis.

Metodologia

O projeto que é realizado por três bolsistas de iniciação científica estudantes de Agroecologia sob orientação da Prof^a Dra. Sandra Barros Sanchez teve aprovação em seleção interna e início no primeiro semestre de 2013, está organizado em 5 fases e é realizado no Campo Agrostológico do CTUR.

Na primeira fase foi realizado o levantamento bibliográfico acerca das diversas espécies que podem ser utilizados como adubos verdes. Na segunda fase foi feita uma análise para seleção das melhores espécies, visando sempre manter a variedade de funções e flexibilidade de cultivo, ao término da seleção foram escolhidas 19 espécies. Na terceira

fase foi-se feito o plantio dos adubos verdes selecionados. Na fase atual (quarta) estamos nos preparando para fazer a colheita das sementes e a montagem do banco de sementes, e a distribuição de mostruários para agricultores da região. Na quinta fase será feita a distribuição para a comunidade de seropédica a cartilha sobre adubos verdes que vem sendo confeccionada durante todo o projeto.

Resultados e discussões

O trabalho ainda se encontra em desenvolvimento, mas já tivemos alguns resultados, e gerou discussões em feiras de ciências e iniciação científica sobre a importância de adubos alternativos para o agricultor familiar, e seu acesso para os mesmos. Submetemos no primeiro semestre de 2013 o projeto para o programa de doação de sementes da fabricante de adubos verdes Piráí Sementes, localizada no município de Piracicaba, SP. Diante de sua aprovação nos foi conseguida quatro amostras de cada espécie selecionada segunda fase do projeto. O projeto foi apresentado no ano de 2013 para turmas de Agricultura Familiar do curso oferecido pelo PRONATEC no CTUR, na Feira de Ciências do Centro de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente Paulo Dacorso (CAIC/ UFRRJ) e na Semana Acadêmica do CTUR, nessas exposições foram feitas apresentações de banners, distribuição de panfletos, pesquisas estatísticas e brincadeiras interativas em atividades que envolviam crianças, a partir dessas atividades coletamos informações para que possamos dar início à confecção de nossa cartilha.

Considerações finais

O projeto aqui apresentado procura alertar aos agricultores familiares e a sociedade como um todo que é possível sim produzir alimentos utilizando adubos verdes alternativos aos famosos insumos químicos, que comprovadamente fazem mal a saúde humana. Ao mesmo tempo incentiva-os a fazer uso desses adubos e lhes ensina a fazer uso dos mesmos. Acreditamos que o conhecimento deve ser acessível a todos: crianças, adolescentes, adultos e idosos, porque todos possuem direito a alimentação saudável livre de agrotóxicos, e é de responsabilidade de toda comunidade que seja feito o bom uso do solo. Mas somente alertar e informar não basta, através deste trabalho será montado um banco de sementes e serão distribuídas amostras de espécies de adubos verdes para pequenos produtores da região de Seropédica e adjacências.

Referências bibliográficas

Não foram utilizadas referências bibliográficas no processo de confecção deste resumo.

PERCEPÇÃO DE RISCOS SOCIOAMBIENTAIS NO USO DE AGROTÓXICOS – O CASO DOS AGRICULTORES FAMILIARES DO MUNICÍPIO DE SEROPÉDICA-RJ

Mara Alexandre da Silva¹; Dalila Gonçalves Martins²; Lucimara Alexandre da Silva³

1.UFRRJ, Instituto de Educação; 2. Departamento de Filosofia; Instituto de Ciências Humanas e Sociais; 3. UFF, ECHS; (maralexandres@yahoo.com.br).

Introdução

O consumo de agrotóxico no Brasil vem aumentando e em 2008 nos tornamos os maiores consumidores de agrotóxico do mundo (LONDRES, 2011). Nos últimos anos o Brasil se tornou também o principal destino de produtos banidos no exterior. Segundo dados da ANVISA, são usados nas lavouras brasileiras pelo menos dez produtos proscritos na União Européia (UE), Estados Unidos, China e outros países (LONDRES, 2011). O objetivo deste trabalho foi analisar as percepções dos agricultores familiares produtores de olerícolas do município de Seropédica-RJ, a respeito dos riscos à saúde e ao ambiente, referentes ao uso de agrotóxicos.

Metodologia

Foram utilizados fontes primárias e secundárias de informação com uso de entrevistas semi-estruturadas com agricultores e órgãos de pesquisa e assistência técnica.

Resultados e discussões

Embora haja um crescimento do número de olericultores com sistemas de produção orgânica, observa-se ainda predominância de cultivo convencional. Porém, há uma preocupação com a saúde e o meio ambiente, sendo relacionado ao aumento do uso o desaparecimento de pássaros, borboletas e outros seres vivos, além do empobrecimento da terra. Sobre a adoção de práticas de cultivo orgânico, exceto dois entrevistados, os outros disseram adotar alguma delas no manejo da produção, como adubação orgânica, caldas naturais e controle biológico (manter seres vivos úteis à defesa da produção), este quadro foi encontrado também em Guimarães (2011), onde 58% dos entrevistados disseram produzir com uso de práticas agroecológicas, dados analisados como uma incapacidade dos órgãos presentes no município com perfil de produção agroecológica de influenciar os agricultores familiares do município.

Considerações finais

O município conta com um bom número de órgãos destinados as atividades agrícolas como a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), com um curso de Engenharia Agrônômica que possui 100 anos, um curso de Pós-Graduação em Agricultura Orgânica, EMBRAPA AGROBIOLOGIA, PESAGRO, FAZENDINHA AGROECOLÓGICA (vitrine para a produção agroecológica), EMATER, SECRETARIA DE AGRICULTURA além de diversas associações. Porém o índice de apropriação destes órgãos pelos agricultores é baixo ainda e o propagandeado grande número de agricultores com produção orgânica ou em fase de transição não foi evidenciado. A opção pela diminuição do uso de insumos deve-se tanto ao baixo poder aquisitivo, quanto aos casos de intoxicação e não em virtude de um trabalho de conscientização dos órgãos públicos, sobre os riscos a saúde do produtor, do Consumidor e ao meio ambiente.

Um trabalho neste sentido poderia efetivamente apresentar tal quadro descrito pelos órgãos oficiais e reverter para o agricultor em Agregação de valor ao produto, menores riscos a saúde deste e do consumidor, novas possibilidades de mercado além de ganhos ambientais, e o principal, é necessário uma melhor articulação destes órgãos no sentido de potencializar o atendimento demandado pelos olericultores.

Referências bibliográficas

GUIMARÃES, L. D. D. **Agroecologia e educação agrícola: alternativa sustentável para agricultura familiar no município de Seropédica. Seropédica, RJ, 2011, Dissertação (mestrado em Educação Agrícola). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.**

LONDRES, F. **Agrotóxicos no Brasil: um guia para a ação em defesa da vida. Rio de Janeiro. AS-PTA, Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa, 2011.**

ANTECEDENTES HISTÓRICOS DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL: DA TEORIA À PRÁTICA

Mônica Marta Ferreira Molas¹

¹Faculdade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ, com licenciatura e bacharelado. Pós-graduanda em Educação Ambiental e Sustentabilidade pelo Centro Universitário Uninter. Email: mmmmonicamarta@gmail.com.

INTRODUÇÃO

O homem sempre se relacionou com o meio ambiente primeiro dependendo deste para sobrevivência. Atualmente deu-se conta de que o uso demasiado e inadequado dos recursos naturais pode causar seu esgotamento e até extinção da vida humana. Neste sentido, os efeitos causados por estas ações, não são projeções para o futuro - eles já podem ser vistos e sentidos em todo o planeta tornando urgente desenvolver a consciência ambiental, respeito à vida e ao planeta.

METODOLOGIA

Estudo de pesquisas, determinações legais, projetos, e práticas que visam, desenvolver a consciência ambiental, o respeito à vida e ao planeta bem como fomentar discussões e práticas que contribuam para a implementação de um desenvolvimento socioeconômico sustentável.

O HOMEM E O MEIO AMBIENTE

São as consequências visíveis o que mais impactam e estão relacionados à modificação da água, solo, subsolo e do ar com poluições e contaminações. A revolução industrial promoveu o aumento no uso do carbono estocado na forma de carvão mineral, petróleo e gás natural para gerar energia, florestas passaram a ser destruídas e queimadas mais rapidamente liberando imensas quantidades de dióxido de carbono, metano e outros gases que tornam a camada que retém o calor, antes uma ação positiva, hoje mais espessa intensificando o efeito estufa. Relatório, IPCC – 2007 projeta um aumento médio de temperatura superficial em 1,4 a 5,8° C entre 1990 a 2100. O nível do mar poderá subir até 0,1 a 0,9 metros nesse período. O século XX teria sido o mais quente dos últimos cinco com aumento médio de temperatura entre 0,3°C a 0,6°C. Segundo Wagner de Cerqueira e Francisco (2012), “*o Brasil é o segundo país com a maior cobertura vegetal, ficando atrás apenas da Rússia*” dessa vegetação, por ano, 20.000km² são derrubada e queimada acarretando grande emissão de gás carbônico que ocasiona alterações climáticas, erosões e outros danos (75% das emissões de gases

tóxicos e 17 mil espécies de animais ameaçados de extinção). Nas cidades a principal causa da poluição atmosférica é a queima de combustíveis fósseis que favorece o aquecimento global e afeta a saúde. Chang Soo Kim, da Universidade de Yonsei em Seul (2010), estudou a ocorrência de 4.000 suicídios e descobriu que eles foram mais comuns dois dias depois de um aumento de poluição e que altos níveis de PM10 podem causar inflamação nos nervos e afetar a saúde mental. Outra pesquisa realizada pela Organização Pan-Americana de Saúde em 12 países da América Latina e Caribe, mostraram que o envenenamento por produtos químicos, principalmente o chumbo e os pesticidas, representam 15% de todas as doenças profissionais notificadas. (EMERICK, 2009). Quanto ao lixo, outro grande problema, estima-se que em média 30 bilhões de toneladas de resíduos sólidos sejam despejados no planeta todos os anos (Galileu.globo.com – 2003). A falta de infra-estrutura adequada, planejamento e consciência ambiental têm como consequência, neste caso, a contaminação e poluição das camadas hídricas. A “consciência mundial” resultou na realização da 1ª Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente, em 1972, Suécia e na Declaração de Estocolmo. O professor Saulo Rodrigues - Centro de Desenvolvimento Sustentável da UnB - diz que: *“o primeiro passo para o estabelecimento de soluções que respondam ao fenômeno das mudanças climáticas é reconhecer que as emissões de gases de efeito estufa (GEE) têm que ser reduzidas e estabilizadas”*. De acordo com o Relatório Stern (2006), a não tomada de ação imediata acarretará grandes custos financeiros e a vida.

CONCLUSÃO

O primeiro passo para mudar o curso e a rota de “colisão” com a explícita extinção da vida já foi dado é preciso, agora, firmar em cadência acelerando garantindo que os objetivos propostos pelos 179 países que participaram da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, firmados e apresentados na Agenda 21, sejam de fato alcançados. Investir em produção de energia limpa, manutenção e preservação do meio ambiente são mais do que justificado e necessário visto que a existência humana e do próprio planeta depende de uma relação harmoniosa e equilibrada entre todos os seres vivos e o uso dos recursos naturais.

REFERÊNCIAS

- AGENDA 21 - **Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento**, 1992 - Rio de Janeiro. Brasília: Senado Federal, 1996. 585p.
- AMARO, Jorge (coordenador geral do CONADE) e equipe - **Impactos Ambientais** – Disponível: <<http://www.jorgeamaro.com.br/impactos.htm>> - acesso em: 24/09 as 15:30h.
- NewScientist – Revista GALILEU 17/07/10. **Poluição Contribui para o Aumento do Número de Suicidas**. Em <<http://revistagalileu.globo.com/Revista/Common/0,,EMI155347-17770,00-POLUCAO+AUMENTA+RISCO+DE+SUICIDIO+DIZ+ESTUDO.html>> acesso em: 12/01/2013

O RETROCESSO DA INTELIGÊNCIA HUMANA

1. Juliana Pereira da Silva; 2. Ronnier Carneiro da Frota

1. Estudante de Administração, ICBS, Departamento de Ciências Administrativas e Contábeis, (julliana_pereira@hotmail.com); 2. Estudante Ciências Agrícolas, IE, DTPE. (ronniercarneiro@hotmail.com). UFRRJ

INTRODUÇÃO

Se olharmos para trás e analisarmos toda a história do desenvolvimento humano, veremos que alcançamos gradativamente novas conquistas, que estão relacionadas na busca da garantia de sobrevivência, praticidade e conforto, além do poder acumulativo de riquezas, demonstrando assim uma inteligência superior à de outras espécies para a realização de feitos inigualáveis, porém cheia de paradoxos. Conforme foi se passando o tempo, o homem tornou-se cada vez mais consumista, e isso se deu pelo fato de carregarmos conosco, desde os tempos primitivos, a ideia de buscas que suprem as já encontradas, e esse processo todo, de fato, torna o homem inteligente na medida em que ele explora suas ideias, e tenta buscar novos meios para melhor se adaptar. Porém, tal inteligência vem se mostrando falha nos dias atuais, isso porque a busca de algo melhor está primeiramente ligada ao poder econômico, e sendo assim, este se sobrepõe as demais questões importantes para o nosso desenvolvimento. O presente resumo tem como objetivo trazer uma abordagem da evolução intelectual humana em contraste com o surgimento dos problemas socioambientais.

METODOLOGIA

O artigo é um ensaio teórico que utilizou como método principal a pesquisa através da literatura.

DISCUSSÃO

Nos dias atuais, podemos perceber com mais clareza como será o futuro da humanidade. Estamos dando passos largos rumo a nossa degradação, tornando-nos inteligentes o suficiente para pensarmos em nos próprios, ignorando o futuro das gerações que estão por vir, um ser egoísta, cegados por sua obsessão ao poder econômico, passando por cima das questões ambientais e sociais, e que acabam sendo deixadas de lado, tratadas em segundo plano, talvez em último, esquecendo assim sua extrema importância, afinal, são dos recursos naturais que provêm todas as nossas necessidades e são através de relacionamentos entre pessoas que construímos um sistema de vida. A natureza vem perdendo suas culturas, os animais entrando em extinção, o clima ambiental esta cada vez mais instável, muitos perderam acesso aos recursos naturais, pois os mesmos estão se tornando privados, podendo somente desfrutar aqueles que possuem poder. Até mesmo o homem vem sofrendo as piores alterações físicas, está cada vez mais sedentário, esta perdendo a capacidade de pensar, pois as tecnologias, cada vez mais avançadas, já estão pensando por nós. Como será o futuro da humanidade? Estamos nos deixando levar pelo pensamento egocêntrico e econômico, interrompendo todo o nosso ciclo de vida. Será esse mesmo o ser tão inteligente a qual estamos nos tratando? Estamos nos “desvolvendo”, aos poucos estamos perdendo tudo que nos foi conquistado. Muito se tem falado sobre crises econômicas e pouco se fala da crise existencial da pobreza, da miséria, da desigualdade social e do meio ambiente. O Brasil é rico economicamente, porém totalmente pobre em questões sociais e ambientais, onde

grande parte da população é incapaz de gerar renda o suficiente para ter acesso sustentável aos recursos que garante uma qualidade de vida digna, e se tratando de questões ambientais, é totalmente vergonhoso sabermos que autoridades governamentais, se deixam levar pelo poder econômico, tomando medidas para tornarmos os maiores exportadores agrícola, adquirindo cada vez mais riquezas, mas não tomam medidas para acabar com a poluição causada pelo o mesmo. De que serve a grandeza evolutiva da intelectualidade humana se tal demonstra-se ignorante aos impactos derivados de sua obsessão consumista, a qual foi considerado por si próprio um fator imprescindível ao modo de vida nos dias atuais, a ponto de se sobrepor a consciência da degradação de seu próprio habitat? O ser humano caminha rumo ao seu fim, destruindo não somente a si próprio, como também a vida dos animais e da natureza, ou seja, destruindo tudo que esta ao seu redor.

CONCLUSÃO

Mais do que especial, somos seres raros capazes de se desenvolver e conquistar tudo o quanto desejamos, desafiando limites, vencendo o medo, superando o insuperável e realizando o inimaginável. Porém, é inevitável descartarmos o fato de que ao mesmo tempo em que conquistamos novos horizontes, destruímos novos futuros. O meio ambiente é o nosso lar, é ele quem nos dispõe tudo quanto necessário para sobrevivermos, mas precisamos moderar nossos passos, e nos conscientizar de que os recursos disponíveis são limitados e precisam ser respeitados. Não podemos nos deixar levar pelo consumismo, pois estes estão destruindo nosso habitat. O alto avanço da industrialização nos traz a praticidade, mas deixa de nos oferecer a água potável para bebermos, um ar limpo para respirarmos, a segurança do dia seguinte e a igualdade para todos. O mundo esta se dividindo, estamos vivemos em um universo de diferenças, enquanto uns desfrutam de boa qualidade, outros perecem na pobreza. Enquanto saciamos o nosso consumo, aumenta-se a poluição ambiental, animais estão perdendo seu espaço, pessoas pobres estão sendo bloqueadas ao acesso do mínimo necessário, e o ser humano perdendo sua capacidade de raciocínio, de sentimentos e de moralidade. Para que tenhamos um futuro certo e ao mesmo tempo continuemos nos desenvolvendo, precisamos deixar de lado o sentimento egoísta, temos que pensar no futuro que estar por vir e usarmos nossa inteligência para ações que corrigem o que já destruímos e outras que envolvam o planejamento de um mundo em total harmonia entre o meio ambiente e a sociedade.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARBIERI, J.C. Desenvolvimento e Meio Ambiente: as estratégias de mudanças da agenda 21. Petrópolis: 1997.

CÉREBRO&MENTE. A Evolução da Inteligência Humana, Disponível em: <<http://www.cerebromente.org.br/n12/evolution.htm>>. Acesso em: 20. Jan. 2014

CHIZZOTTI, A. Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais. São Paulo (SP): Cortez Editora, 1995.

BAUDRILLARD, J(1970). A sociedade de consumo. Lisboa: Edições 70, 1995.